



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS.
Programa de Pós Graduação Strito senso em Geografia
Câmpus de Três Lagoas

VINICIUS PASCHOAL BELON

**COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PARANÁ: REASSENTAMENTO PIABA, TRÊS LAGOAS – MS.**

TRÊS LAGOAS, MS

2012

VINICIUS PASCHOAL BELON

**COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PARANÁ: REASSENTAMENTO PIABA, TRÊS LAGOAS – MS.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação strito senso em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. **Dr. AILTON LUCHIARI**

Três Lagoas - MS
2012

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todos que participaram desta pesquisa, tanto de forma direta ou indiretamente.

Agradecimentos

Ao meu orientador o Prof. Dr. Ailton Luchiari pelos seus apontamentos, colaboração e sua compreensão no desenvolvimento desta pesquisa

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo a pesquisa e o apoio dado através da concessão de bolsa.

A Pro Reitoria de pesquisa e pós graduação (PROPP), em nome do Prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira.

Ao Prof. Dr. Arnaldo Yoso Sakamoto coordenador do programa de mestrado, que ao longo do curso nos acompanhou de forma incomparável, e pelas orientações prestadas a pesquisa.

Ao Prof. Wallace de Oliveira pelas indicações de leituras e pelos conselhos dados ao longo da minha formação acadêmica.

A Prof^a. Dr^a. Edima Aranha Silva pelos ensinamentos propostos na disciplina que me foi oferecida.

Ao Prof. Dr. André Luiz Pinto por suas considerações valiosas relacionadas aos recursos hídricos.

Ao Prof. Dr. Francisco Avelino Junior (China), pelo apoio e acompanhamento em todos estes anos de pesquisa e pelo conhecimento transmitido ao longo do curso.

Ao Prof. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira pelos apontamentos e considerações dadas.

A Prof^a. Dr^a. Rosemeire de Almeida pelas contribuições dadas ao longo de minha formação.

Aos companheiros de turma do mestrado, em especial a Sirlene, Eduardo e Thiago, pelas horas que passamos juntos ao longo desses anos.

A Prefeitura Municipal de Três Lagoas, especialmente a rede municipal de ensino (REME), pelo apoio dado, em especial aos diretores da Escola Municipal do Parque São Carlos, representados pelo Juvenal Moreira e Viviane, que são professores e companheiros de jornada.

Aos integrantes do reassentamento Piaba, pela disposição em nos atender.

Aos integrantes da rede Salesiana de ensino pela compreensão, e pelo apoio dado.

Aos integrantes da equipe pedagógica da Escola Estadual Bom Jesus, pelo apoio e incentivo dado no processo de elaboração final da dissertação.

A todos que participaram de forma direta e indireta desta etapa da minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho aborda questões relevantes para atualidade, por isso ressalta os impactos causados pela construção de grandes empreendimentos com a finalidade de geração de energia, para abastecer um modelo de organização e consumo conhecido como urbano industrial. A região de estudo recebeu nas ultimas décadas do século XX diversas instalações de Usinas Hidrelétricas, e entre elas se destaca a de Porto Primavera, denominada de Usina Hidrelétrica Engº Sergio Mota. A criação da barragem para o represamento da água representou um significativo impacto ambiental, alterando o modo de vida de diversas comunidades tradicionais que se relacionavam de forma direta e indireta com o rio, além dos aspectos físicos que foram afetados.

Algumas dessas comunidades foram reassentadas em locais distantes do rio, isso nos leva a pensar como elas estão organizadas e como estão desenvolvendo seu modo de vida, que é típico de relacionamento de respeito e interação com os elementos da natureza.

Palavras-chave: Reassentamentos, Comunidades Tradicionais e Impactos Ambientais.

ABSTRACT

This work is about considerable issues to the present time because of this it highlights the impact caused by the big building business to the effect of generating energy to supply a model of organization and consumption known as industrial city. The region of studies received in the last decades of the XX century several installations of Power Plants, and among them we enhance the one from Porto Primavera, named “Engenheiro Sérgio Mota Power Plant”. The creation of the dam to stop water represented a meaningful environmental impact, alternating the way of life of several traditional communities which related direct or indirect with the river, beyond physics aspects affected by this.

Some communities were replaced in faraway places from the river, this make us think how they are organized and how they are developing their way of life which is typical of relationship of respect and interaction with the elements of nature.

Keywords: Replacements, traditional Communities, Environmental impact

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO I A relação entre comunidades tradicionais e a natureza.....	19
1 Relação Homem/Natureza.....	19
1.1 A Ecologia Cultural.....	20
1.2 A Antropologia Ecológica.....	21
1.3 A Antropologia Neo-marxista (ou econômica).....	22
1.4 Diferenciando conceitos: comunidades tradicionais, sociedades tradicionais, populações tradicionais e povos tradicionais.....	23
1.5 Principais grupos do Brasil.....	26
1.5.1 Os caiçaras.....	27
1.5.2 Os jangadeiros.....	27
1.5.3 Os caipiras.....	27
1.5.4 Os açorianos.....	28
1.5.5 Varzeiros (Varzeiros).....	28
1.5.6 Pantaneiros.....	28
1.5.7 Os quilombolas.....	29
1.5.8 Campeiros/gaúchos.....	29
1.5.9 Pescadores artesanais.....	29
1.5.10 Babaqueiros.....	30
1.6 O território e as populações tradicionais.....	30
1.7 A questão dos ribeirinhos.....	34
 CAPÍTULO II Histórico da implantação das Usinas no Brasil.....	35
2 Implantação das usinas hidrelétricas no Brasil.....	35
2.1 Movimentos sociais relacionados aos impactos das barragens.....	38
2.2 A Usina de Porto Primavera.....	40
2.3 Resistência dos Ilheus.....	43
 CAPÍTULO III Reassentamento Piaba, algumas considerações.....	44
3 Reassentamentos provocados pela construção da Usina de Porto Primavera e o Projeto que visa compensação de impactos.....	44
3.1 A busca pelo entendimento da representação dos impactos para os reassentados.....	44

3.2 Reassentamento Piaba.....	47
3.3 Panorama do deslocamento dos ribeirinhos.....	48
3.4 Histórico da área utilizada para o reassentamento.....	52
3.5 Perspectivas de organização da comunidade.....	55
3.6 Participação da CESP e o auxílio dado aos reassentados.....	56
3.7 Apoio de órgãos governamentais.....	56
 CAPÍTULO IV Organização espacial e a realidade do reassentamento.....	58
4 Comparações com outros reassentamentos.....	58
4.1 O descompasso entre o planejado e o vivido.....	62
4.2 A questão ambiental.....	72
 Considerações finais.....	76
 Referências.....	78
 Anexos.....	81

FIGURAS

Figura 1 Localização e acesso a UHE Sérgio Motta / Porto Primavera.....	37
Figura 2 Localização das usinas UHE Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera.....	40
Figura 3 UHE Porto Primavera e a dimensão do reservatório do lago.....	42
Figura 4 Localização de Ilha Comprida e do reassentamento Piaba.....	47
Figura 5 Representação da localização da antiga fazenda Buriti, atual reassentamento Piaba.....	53
Figura 6 Organização anterior e atual do espaço da comunidade de Rosanela.....	58
Figura 7 Organização anterior e atual da comunidade Laranjeiras.....	59
Figura 8 Organização do reassentamento Piaba, lotes individuais.....	60
Figura 9 Imagem das partes que compõe o lote de um dos moradores.....	61
Figura 10 Mapa da distribuição espacial dos lotes, das reservas legais e das áreas de preservação permanente.....	62

FOTOS

Foto 1 Vista frontal da residência de um dos moradores do reassentamento Piaba.....	52
Foto 2a Tipo de moradia dos ex-ribeirinhos.....	54
Foto 2b Atual moradia.	54
Foto 3 Vista da sede do reassentamento onde ocorrem as reuniões da associação.....	55
Foto 4a Vista frontal do açude para captação de águas pluviais no período da seca.....	64
Foto 4b Vista frontal do açude para captação de águas pluviais no período das águas.....	64
Foto 5 Vista frontal da residência no Lote 2.....	64
Foto 6a Vista lateral do mangueiro no lote 3.....	65
Foto 6b Vista do barracão e da caixa de água no lote 3.....	65
Foto 6c Culturas desenvolvidas no lote 3, cana de açúcar e mandioca.....	65
Foto 7 Vista da residência ao fundo no lote 4.....	65
Foto 8a Plantação de cana de açúcar, lote 5.....	66
Foto 8b Vista do pasto, lote 5.....	66
Foto 8c Criação de porcos e frangos na modalidade conhecida como consorciada, lote 5.....	66
Foto 9 Vista frontal da residência, lote 6.....	66
Foto 10a Atividades ligadas a agricultura ao fundo, lote 7.....	66
Foto 10b Vista do pasto, lote 7.....	66
Foto 11a Vista das práticas agrícolas, lote 9.....	67
Foto 11b Vista da entrada de acesso ao lote 9.....	67
Foto 12a Plantação de mandioca, lote 10.....	67
Foto 12b Vista da plantação de café, lote 10.....	67
Foto 12c Vista com os latões de leite prontos para serem comercializados, e ao fundo do lado direito a residência e do esquerdo o mangueiro.....	67
Foto 13a Vista do pasto.....	68
Foto 13b Vista da área preparada para o cultivo.....	68
Foto 13c Vista da entrada da residência.....	68
Foto 14 Vista do lote 12, com a residência rodeada por árvores frutíferas.....	68
Foto 15 Vista frontal do lote 13.....	68
Foto 16 Vista do mangueiro ao fundo com a atividade de criação de gado.....	69
Foto 17 Vista da residência ao fundo, lote 14.....	69
Foto 18a Vista frontal lote 15 (P13).....	70
Foto 18b Vista frontal do lote 16 (P4).....	70
Foto 18c Vista frontal lote 17 (P5).....	70

GRÁFICOS

Gráfico 1 Estimativa da área total ocupada por comunidades tradicionais no Brasil... ..	31
Gráfico 2 Estimativa do total de habitantes no Brasil que compõem as comunidades tradicionais.....	32
Gráfico3 Estimativa da composição das comunidades tradicionais.....	32
Gráfico 4 Distribuição das atividades desenvolvidas nos lotes.....	70

QUADROS

Quadro 1- Municípios impactados a montante da construção da Usina de Porto Primavera.....	41
Quadro 2- Demonstração das atividades por lotes.....	63

TABELAS

Tabela 1- Comparação da área inundada com outros reservatórios.....	42
Tabela 2- Medida dos lotes e das reservas legais.....	62
Tabela 3- Área das reservas.....	71

LISTA DE SIGLAS

CEF (Centrais Elétricas de Furnas)
CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá)
CEMIG (Centrais de Minas Gerais)
CESP (Centrais Elétricas de São Paulo)
CHERP (Centrais Elétricas do Rio Pardo)
CHESF (Companhia Hidrelétrica de São Francisco)
CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí)
CNPT (Conselho Nacional de Populações Tradicionais)
CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente)
CMB (Comissão Mundial de Barragens)
CNPCT (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)
EIA (Estudos de Impactos Ambientais)
GPI (Grandes Projetos de investimentos)
IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente)
INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária)
MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)
OIT (Organização Internacional do Trabalho)
ONG (Organização Não Governamental)
PNDST (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais)
PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar)
UHE (Usina Hidroelétrica)
USEIPA (Usinas Elétricas de Paranapanema)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve início a partir de artigos realizados durante a graduação, culminando no trabalho de conclusão de curso, onde os estudos foram voltados para o entendimento das transformações impostas a atividade pesqueira decorrente da implantação de usinas hidrelétricas no curso do rio Paraná, alterando de maneira significativa sua dinâmica. Após finalizar a graduação partimos para o curso de pós graduação lato senso, com área de concentração em História e Sociedade, foi quando empregamos o trabalho com as fontes orais, pois a fala dos sujeitos nos revela aquilo que às vezes não pode ser assimilado pela observação; nesta etapa procurou-se compreender as mudanças ocorridas no modo de vida dos ribeirinhos que sofreram deslocamento compulsório.

Durante a realização de mais um nível de formação acadêmica o mestrado analisamos as transformações provocadas tanto no modo de vida quanto no novo ambiente ocupado pelos reassentados.

Buscamos entender as transformações ocasionadas pelo deslocamento compulsivo das populações ribeirinhas tendo em vista a complexidade das comunidades tradicionais e sua relação com a natureza, bem como os principais tipos e sua trajetória histórica no Brasil, partimos da análise da comunidade que habitava a Ilha Cumprida, para tanto se utilizou de alguns procedimentos visando alcançar determinados objetivos. A metodologia aplicada se volta para os procedimentos teóricos e operacionais necessários à análise do processo de mudança da área posta em risco até o reassentamento, bem como a alteração no modo de vida de tal comunidade e as mudanças promovidas no ambiente atual.

Neste sentido, para a realização da pesquisa, empregou-se a metodologia da observação participativa, de modo a elucidar algumas questões.

Após estabelecer os eixos da pesquisa, a metodologia envolveu os seguintes procedimentos:

- 1- Realização de levantamento bibliográfico nas bibliotecas de Geografia, Economia, História, e Ciências Sociais das Universidades e Institutos de Pesquisa, e junto a arquivos da CESP.
- 2- Trabalho de campo, de modo a obter informações primárias via entrevistas, além de detectar a organização e distribuição dos lotes no reassentamento.
- 3- Armazenamento e sistematização das informações obtidas nos trabalhos de campo.
- 4- Elaboração de mapas.

5- Análise das informações estatísticas, bibliográficas e dos trabalhos de campo, a fim de estabelecer sistematização dos dados obtidos.

6- Por fim, foram explicitadas as conclusões referentes à pesquisa. Nesta fase, a confrontação entre o objeto teórico e empírico serviu de base para as considerações finais do trabalho.

A primeira parte do trabalho contém a fundamentação teórico-conceitual da pesquisa, visando compreender como os diversos grupos se adaptam a novas condições impostas pelo meio. O recorte teórico se inicia por uma descrição sobre o papel da relação entre as comunidades tradicionais e a natureza e ainda poder traçar um breve histórico da evolução do pensamento voltada para tal reflexão, adotamos como base teórica alguns autores como Arruda (1997), Santos (1997), Diegues (2000), Almeida (2008), além de consultas a sites institucionais.

No segundo capítulo procuramos traçar um histórico da construção e implantação de políticas voltadas para os empreendimentos Hidroelétricos em nosso país. Em seguida identificar os represamentos realizados pela CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) no curso do rio Paraná, e suas possíveis conseqüências, desta forma, os estudos foram direcionados para uma área de significativa dimensão, localizada entre as Usinas de Jupia¹ e a de Porto Primavera², denominada Ilha Cumprida que foi atingida diretamente pela construção das barragens, para tanto, utilizamos alguns referenciais como, Souza (2005), Silveira (2001), Bortoleto (2000), Santos (1994 e 1997), Rebouças (2000), Castro (1993) e Bezerra e Fernandes (2007).

No terceiro capítulo realizou-se a análise de como se deu o processo de deslocamento compulsório de parte da comunidade que ocupava a Ilha Cumprida, e por isso nos balizamos nas falas de alguns dos sujeitos envolvidos no processo, para nortear os caminhos e descaminhos com enfoque na identificação dos impactos sofridos devido à retirada de seu lugar de origem. Buscou-se o embasamento teórico a partir do estudo de alguns autores, tais como: Souza (2005), Malatian (1996), Alberti (2004), Portelli (1997), Bezerra & Fernandes (2007), Neves (1999).

Na última parte objetivou-se para a comparação da organização espacial com outros reassentamentos, entender a proposta da empresa e a realidade da estrutura espacial, e ainda identificar as transformações locais e a relação com a natureza. Portanto, neste estudo objetivou-se identificar de que forma estas famílias tentam superar os impactos causados pelo seu remanejamento, quais são as alternativas que apresentam um potencial desenvolvimento e

¹ A denominação correta da Usina Hidrelétrica é Engenheiro Souza Dias, porém, preferimos adotar UHE Jupia por ser a forma como popularmente é conhecida.

² A denominação correta da Usina Hidrelétrica é Engenheiro Sérgio Motta, porém, preferimos adotar UHE Porto Primavera por ser a forma como popularmente é conhecida.

ainda relacionando a importância de comunidades que buscam uma simbiose com a natureza para a preservação dos recursos e manutenção da diversidade faunística e florística das áreas ocupadas pelas mesmas.

CAPÍTULO I A relação entre comunidades tradicionais e a natureza.

1 Relação Homem/Natureza

Ao longo da história da humanidade a relação entre os homens e a natureza tem passado por significativas transformações, ora a dependência dos recursos define a trajetória, ora o domínio dos recursos se torna evidente. Neste sentido, a sociedade tem concebido a relação entre as partes de diferentes modos, mas o que nos tem chamado atenção a partir dos últimos trinta anos do século XX, e neste início de século XXI é o grande destaque desta temática em vários meios de comunicação, nas pesquisas científicas e em grande parte da sociedade pois, os problemas ambientais se intensificaram e se tornaram notórios.

No prisma da Geografia discussões a respeito da interação entre homem e natureza se deu antes da temática se tornar objeto de estudo e preocupação de uma parcela significativa da sociedade, para entendermos melhor podemos nos basear nas diversas escolas de pensamento, sobretudo na Europa, a partir de duas formas diferentes de ver o mundo. A primeira delas surge na Alemanha com as teorias deterministas principalmente a elaborada por Ratzel, que aponta a idéia de que o meio (natureza) determina a cultura e o nível de desenvolvimento de uma sociedade. A segunda apresenta uma visão oposta, calcada na escola francesa tendo como base teórica o possibilismo, dando-nos a entender que o ambiente (natureza) não influencia o modo de vida e a cultura de uma sociedade, mas sim a maneira com que os homens se relacionam com os recursos que pode trazer certo desenvolvimento social. Para explicar a relação entre as partes, outros autores no final do século XX, introduzem discussões do uso das técnicas como forma de dominar e utilizar os recursos. Entre várias abordagens destaca-se as realizadas por Santos (1997), que aprofunda a discussão descrevendo o modo como cada grupo se desenvolve, por meio dos instrumentos empregados, ressaltando ainda que o nível de desenvolvimento de determinado grupo se dá devido ao uso da técnica e da ciência.

Algumas linhas de pensamento acabam rompendo com as concepções geográficas do possibilismo e do determinismo, dando novos enfoques para o estudo das relações entre o homem e a natureza, devido à complexidade do entendimento calcado em apenas uma forma do saber; adotamos perspectivas vindas de outros segmentos científicos, isso nos permite uma melhor compreensão da temática abordada, pois é necessário a integração dos diversos modos de pensar, opondo-se ao pensamento linear, reducionista e disjuntivo, seguindo um pensamento que une e não separa as vertentes científicas.

Neste sentido, podemos citar basicamente três correntes divergentes, advindas da antropologia para o tratamento da temática (homem e natureza), temos a conhecida como *Ecologia Cultural*, a *Antropologia Ecológica* e *antropologia Neo-marxista (ou econômica)*, estas tem origem em escolas de pensamento distintos (DIEGUES, 2000).

1.1 A Ecologia Cultural

A Ecologia Cultural está calcada nos ensinamentos de Julian Stewart (apud DIEGUES, 2000) que foi o primeiro a romper com o determinismo geográfico e com o possibilismo histórico criando a Ecologia Cultural que estuda basicamente como as sociedades se adaptam e como o homem utiliza os recursos do meio ambiente. Ressalta que alguns aspectos culturais são mais evidenciados na relação entre homem e meio que outros. Entre os mais significativos temos as atividades econômicas, de subsistência, tecnologia, organização social que constituem o "núcleo central da cultura" e são responsáveis pelas respostas adaptativas do homem ao meio ambiente. Outras como as atividades de produção, troca, comercialização, podem ser estratégias adaptativas.

Entre os vários objetivos propostos por esta corrente de pensamento, um dos mais importantes é realizar minuciosas descrições etnográficas e a análise dos sistemas de produção constituídos pelos sujeitos que ocupam uma determinada área do meio ambiente e suas escolhas adaptativas.

Uma noção central das abordagens antropológicas está na noção de "adaptação". Para Godelier (apud DIEGUES, 2000), adaptar-se não significa submeter-se às imposições naturais, mas tomá-las em consideração, ampliando seus efeitos positivos ou atenuando os negativos. De maneira geral, adaptar-se pode ser entendido como as diferentes estratégias que o homem criou para explorar os recursos naturais e para enfrentar as limitações ecológicas que pesam sobre a reprodução dos recursos naturais e dos próprios grupos humanos.

Alguns autores criticam a Ecologia Cultural, pois notam a ausência de elementos simbólicos, míticos e rituais no núcleo cultural.

1.2 A Antropologia Ecológica

Outra linha de pensamento da Antropologia que contribui para o estudo da relação homem-ambiente é a Antropologia Ecológica (também chamada de Antropologia Neo-Funcionalista). Ela faz frente à Ecologia Cultural tomando por base a noção de "ecossistema" no qual interagem os elementos bióticos e abióticos. Nesse sentido, podemos entender que a sociedade é um subsistema de uma totalidade mais ampla, neste caso o ecossistema, onde os seres humanos, animais e vegetais mantêm relações entre si que são chamadas de bioenergéticas.

Usam conceitos extraídos da cibernética, como homeostase, auto-regulação, auto-alimentação. Dentro dessa perspectiva quantificam os efeitos relativos ao consumo calórico e de energia empregados em atividades de subsistência, a capacidade de suporte dos ecossistemas, etc. Ao contrário da Ecologia Cultural, toma como unidade de análise as populações humanas em seus parâmetros demográficos, não os grupos sociais em suas características culturais (DIEGUES, 2000, p 36).

Para a antropologia ecológica os ecossistemas são unidades apropriadas para análise da relação homem-natureza. Os homens e a natureza fazem parte do ecossistema. Dentro dessa perspectiva quantificam o consumo humano de calorias e proteínas, a energia gasta em atividades de subsistência, a capacidade de suporte de um ecossistema.

Os seres vivos se mantêm em equilíbrio, em homeostase com o ambiente, através de uma série de mecanismos que lhes permitem se adaptar ao meio ambiente. Esses conceitos também se aplicam aos humanos. A adaptação, segundo essa escola, é definida como mecanismos pelos quais os organismos ou grupo de organismos, através de mudanças sensíveis em seus estados, estruturas e composições se mantêm em estado homeostático durante as flutuações ambientais a curto prazo e mudanças a longo prazo, dentro da composição e estrutura do ambiente.

Cajka (apud DIEGUES, 2000) critica a antropologia ecológica tendo uma carga de mecanicismo e incapaz de explicar as mudanças sociais, por estar centrada na noção de equilíbrio (homeóstase). No entanto, reduz a cultura às contribuições que possa fazer à manutenção dos ecossistemas, através dos mecanismos de retroalimentação. Supre-se também que o ecossistema tenha uma lógica interna natural, a qual os homens se adaptariam. As populações primitivas seriam portadoras dessa lógica, pois respeitariam conscientemente as leis que regem o equilíbrio dos ecossistemas.

1.3 A Antropologia Neo-marxista (ou econômica)

Do ponto de vista dos antropólogos neo-marxistas as relações das sociedades chamadas primitivas e seu ambiente se diferem das sociedades ditas urbanas industriais. Estes antropólogos adotam conceitos como modo de produção e reprodução social para explicitar suas análises, ainda incorporam as representações simbólicas dos mitos que estas determinadas sociedades possuem em relação ao seu ambiente. Dentro desse viés teórico podemos destacar os antropólogos franceses como Godelier e Terray (apud DIEGUES 2000).

Para Godelier (apud DIEGUES, 2000) a adaptação dos seres humanos é bem diferente da dos demais seres. Desde o início o homem elabora representações e interpretações da natureza que são compartilhadas com seus pares da sociedade, afirma ainda que por meio do estudo dos objetivos organizativos permite explicar porque sociedades explorando o mesmo ambiente degradam os recursos naturais e outras não. Diferentemente daqueles que defendem a idéia de que o uso das técnicas produtivas degrada o meio, Jansen (apud DIEGUES, 2000) expõe que são as organizações sociais e os valores culturais os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente, e não simplesmente a tecnologia. Isto é observado nas diferentes formas históricas de usos dos recursos naturais e da própria natureza (a pré-capitalista, a capitalista, etc.), sobretudo nos países subdesenvolvidos, o que marca nesses países é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas, entre outras, que na maior parte das verificações estão articuladas com a sociedade urbano industrial.

Para Diegues (2004)

[...]grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, isto é, por sociedades de extrativistas, ribeirinhos, grupos e nações indígenas. Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência (p. 63).

Portanto a relação entre as populações tradicionais indígenas ou não com a natureza, em muitos casos, é de uma verdadeira simbiose e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural distinta da existente na sociedade capitalista.

1.4 Diferenciando conceitos: comunidades tradicionais, sociedades tradicionais, populações tradicionais e povos tradicionais.

O território brasileiro foi formado por uma grande diversidade de grupos sociais que acabaram ocupando grande parte de nossa extensão, não ocorrendo apenas o modelo de sociedade capitalista ou dita urbano industrial, por isso esta variedade de grupos receberam diversas denominações ao longo do tempo, ou em alguns casos são considerados e tratados por termos que nem sempre apresentam os mesmos significados, portanto são facilmente encontrados, como: "populações tradicionais, sociedades tradicionais, culturas tradicionais, comunidades tradicionais, povos tradicionais" estes são geralmente utilizados sem grande precisão.

A utilização destes termos sempre foi uma preocupação, mas foi incorporado na legislação brasileira por volta de 1992 e oficializado o termo “populações tradicionais”, quando foi criado o CNPT (Conselho Nacional de Populações Tradicionais), vinculados ao IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), nesta ocasião adotou-se o conceito de Populações Tradicionais apenas como uma visão ambientalista, ressaltando que o termo tradicional não tem ligações com noções de populações atrasadas, refratárias ao progresso e modernização. Porém constata-se que não ocorreram mudanças significativas na situação dessas populações, que muitas vezes caíram no esquecimento e foram deixadas de lado de algumas discussões, nem nas reivindicações realizadas pelos movimentos sociais. Alguns anos se passaram e pouco se resolveu em relação aos conflitos e tensões, principalmente em áreas da região amazônica, semi-árido e planalto brasileiro. Diante dessa situação procurou-se adotar uma nova nomenclatura para o tratamento das questões desses povos, então se utiliza a expressão “comunidades” em sintonia com a idéia de “povos tradicionais” substituindo o termo “populações”, e reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1988-89. A partir de então o conceito de “tradicional” passou a ser visto como uma demanda do presente e não mais como sinônimo de estrutura do passado, ou até mesmo como algo atrasado e sem valor (ALMEIDA, 2008).

Segundo Diegues (1992):

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no

uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse "know-how" tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra "respeito" que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992, p.142).

No ano de 2004 é decretada a criação de uma Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa comissão tem por finalidade estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das comunidades; entre outras medidas propõe: apoiar, propor, avaliar e harmonizar os princípios e diretrizes da política relacionada ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal; propor ações de políticas públicas para a adoção da PNDST (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais), considerando as dimensões sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais; propor medidas de articulação e harmonização das políticas setoriais, estaduais e municipais, bem como atividades de implementação dos objetivos da política nacional de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução das ações. A Comissão é formada por representantes de vários ministérios, representantes das comunidades tradicionais, agências de fomento, entidades civis e comunidade científica, pela Fundação Palmares³. Esse novo fórum, que já realizou encontros com a comunidade científica e com representantes de várias comunidades tradicionais pode se tornar um mecanismo importante de estabelecimento de políticas públicas em favor dessas comunidades.

Com o Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, é criado definitivamente a CNPCT (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) que define:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar de forma distinta, ocupar e usar territórios e

³ Disponível em: ([http:// www.novacartografiasocial.com/pub_livros.asp](http://www.novacartografiasocial.com/pub_livros.asp) .>. Acesso em: mai. 2011)

recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade (Art. 3º).

Por meio da CNPCT uma série de estudos surgiram, visando uma melhor compreensão sobre estes grupos sociais; torna-se um ponto fundamental entender sua cultura, que está intimamente dependente das relações de produção e de sobrevivência. Diegues (2007, p.53) enumera as seguintes características das culturas tradicionais:

- *Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroem um "modo de vida";*
- *Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por meio das fontes orais;*
- *Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;*
- *Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;*
- *Reduzida acumulação de capital;*
- *Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*
- *Importância de mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;*
- *A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;*
- *Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;*
- *Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.*

Por isso verifica-se a grande diversidade de comunidades consideradas tradicionais de acordo com seu próprio modo de vida e recebem denominações das mais variadas, no entanto, no Brasil duas categorias de populações tradicionais podem ser encontradas: os Povos Indígenas e as Comunidades Tradicionais não Indígenas. Culturalmente as populações tradicionais não indígenas são fruto do contato entre as culturas indígenas, européias (sobretudo a portuguesa) e, posteriormente, as africanas que influenciaram a língua, as técnicas, a religião, a música, festas e danças. Portanto, outro ponto a ser descrito está no modo de como essas tradições são passadas de gerações em gerações.

1.5 Principais grupos do Brasil

No Brasil algumas comunidades tradicionais se destacaram como novos atores sociais nos últimos anos do século XX. Portanto, acabaram ganhando uma maior visibilidade social e política, por consequência, de conflitos gerados pelo avanço da sociedade urbano-industrial sobre seus territórios, que em muitos casos eram ancestrais e tinham reduzido valor de mercado, podemos citar diversos impactos como: construção de Barragens, campos de treinamento militar, base de lançamento de foguetes, áreas reservadas à mineração, áreas de conservação como as chamadas unidades de proteção integral, rodovias, ferrovias, gasodutos, oleodutos, linhões de transmissão de energia, portos, aeroportos e para o uso agrícola intensivo (ALMEIDA, 2008). E a respeito do território desses grupos a CNPCT pontua que de acordo com o Art. 3º inciso II,

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

Uma das dificuldades encontradas por estudiosos da temática diz respeito a identificação e classificação definitiva dessas comunidades, mas um estudo do Ministério do Meio-Ambiente (apud ARRUDA, 1997) descreve 14 tipos: os quilombolas, pantaneiros, babaçueiros, campeiros/gaúchos, faxinais, varjeiros não-amazônicos, açorianos, caiçaras, pescadores artesanais, caipiras, jangadeiros, sertanejos, praieiros e caboclos/ribeirinhos amazônicos. Além desses, Almeida (2008) acrescenta, os faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, giralzeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, pantaneiros, afro-religiosos e outros sujeitos sociais emergentes que possuem identidades coletivas fundamentadas em direitos territoriais e numa autoconsciência cultural.

De acordo com Diegues (2007) são várias as comunidades tradicionais no Brasil, elas se diferenciam de acordo com seu modo de vida, podemos encontrar diversos grupos por todo território nacional. Neste sentido, destacamos alguns dos principais descritos pelo autor.

1.5.1 Os caiçaras

Este grupo se caracteriza pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Grande parte vive na faixa litorânea entre Rio de Janeiro e Paraná. Apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante (roça), da pequena pesca (artesanal), do extrativismo vegetal e do artesanato. No entanto constata-se que a maior dificuldade de sobrevivência é resistir a especulação imobiliária e a implantação de áreas protegidas de proteção integral, que têm forçado a migração dessa população para as áreas periféricas da cidade, onde, em geral, encontram condições precárias de vida, com dificuldades de acesso a moradia, transporte, emprego entre outros.

1.5.2 Os jangadeiros

Na região Nordeste do país um grupo conhecido como jangadeiros se destaca, são essencialmente pescadores marítimos que habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia; pescando com jangadas. Atividades ligadas a terra são secundárias e, portanto menos importante. Contudo o extrativismo vegetal é marcante na sobrevivência desse grupo, pois fazem dos coqueiros uma fonte complementar de renda, realizando também, algumas vezes, roças de mandioca da qual extraem a farinha. As comunidades de jangadeiros também sofrem com a concorrência dos pescadores de botes motorizados e com os impactos do turismo, principalmente o de residência secundária. A presença de especuladores imobiliários dificulta a permanência em seus locais de origem, pouco a pouco estão perdendo seus acessos a praia.

1.5.3 Os caipiras

Os caipiras atualmente são caracterizados por serem sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado local.

1.5.4 Os açorianos

Os açorianos são descendentes dos portugueses, que vindo dos açores e das ilhas madeiras se estabeleceram no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no Brasil trouxeram estas práticas combinando-as. A partir do século XX essa situação começou a se alterar devido principalmente a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desta forma, foram obrigados a se especializarem nas atividades pesqueiras, em detrimento da agricultura. A partir de 1970, a implantação da indústria de pesca transformou parte dos pescadores artesanais em tripulantes de barcos com a realização da pesca predatória, levando a uma redução drástica dos cardumes.

Muitos pescadores migraram ou passaram a se dedicar à maricultura. O turismo também foi um fator responsável por mudanças importantes no modo de vida dos descendentes de açorianos, com destaque no artesanato.

1.5.5 Varjeiros (Varzeiros)

Outro grupo encontrado no Brasil é denominado de acordo com a área em que vive, sempre as margens dos rios e em suas várzeas; sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná. Eles se dedicam à pequena agricultura e à pesca fluvial, hoje em represas de hidrelétricas. Porém alguns sofrem com a imposição do deslocamento de suas áreas de origem pelos impactos causados pela implantação de grandes complexos hidrelétricos.

1.5.6 Pantaneiros

Estes residem no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é um grupo formado por donos de fazenda, peões, vaqueiros, capatazes, barqueiros, pescadores, garimpeiros, fruto da miscigenação com as tribos indígenas originais, colonizadores vindos do sudeste e dos escravos negros. Sobrevivem à base de atividades agro-pastoris nas fazendas da região ou em pequenas

propriedades à beira dos rios. As atividades dos pantaneiros são marcadas pelo contraste entre os períodos de estiagem e das grandes enchentes.

1.5.7 Os quilombolas

Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos antigos grandes proprietários. Apesar de existirem, sobretudo após a escravatura, no fim do século passado, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra que vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Assim os quilombos da Amazônia, muitas vezes situados ao longo dos rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas. Assim como os grupos indígenas este grupo é reconhecido e tem suas posses garantidas por lei.

1.5.8 Campeiros/gaúchos

O termo campeiro (pastoreio) refere-se à população sulina dos gaúchos que vivem nos pampas, coxilhas sulinas e são encontrados até mesmo da Argentina. Esses se constituem num grupo pastoral, de cavaleiros e trabalhadores rurais vinculados à pecuária extensiva da região do pampa, vivendo no local nas grandes estâncias voltadas para a produção de gado de corte e de lã.

1.5.9 Pescadores artesanais

Essa categoria é classificada como ocupacional, não sendo considerada tradicional, no entanto apresentam modo de vida peculiar, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. Frequentemente, alguns grupos como os jangadeiros e praiheiros

identificam-se primordialmente como pescadores. Espalham-se ao longo do litoral pelos rios e lagos, e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar e apesar de grande parte viver em comunidades litorâneas rurais, alguns moram em bairros urbanos ou peri-urbanos, construindo em muitos casos uma solidariedade baseada na atividade pesqueira.

1.5.10 Babaqueiros

São populações extrativistas que vivem principalmente da coleta do babaçu, beneficiamento do coco (quebradeiras de coco-babaçu) e da utilização dessa palmeira, sobretudo no Meio-Norte, na zona do cerrado e floresta: Maranhão, Piauí e algumas áreas de Estados vizinhos, incluindo o Norte de Goiás. Os babaqueiros não utilizam somente o coco, vendido para a produção de óleo, mas também as folhas para a construção de casas e a casca como combustível doméstico, como matéria prima para artesanato caseiro, etc. No entanto, não praticam somente a coleta, mas também a pequena agricultura, e na região central do Maranhão intercalam cultivos de arroz, mandioca, milho e feijão em suas pequenas propriedades.

1.6 O território e as populações tradicionais

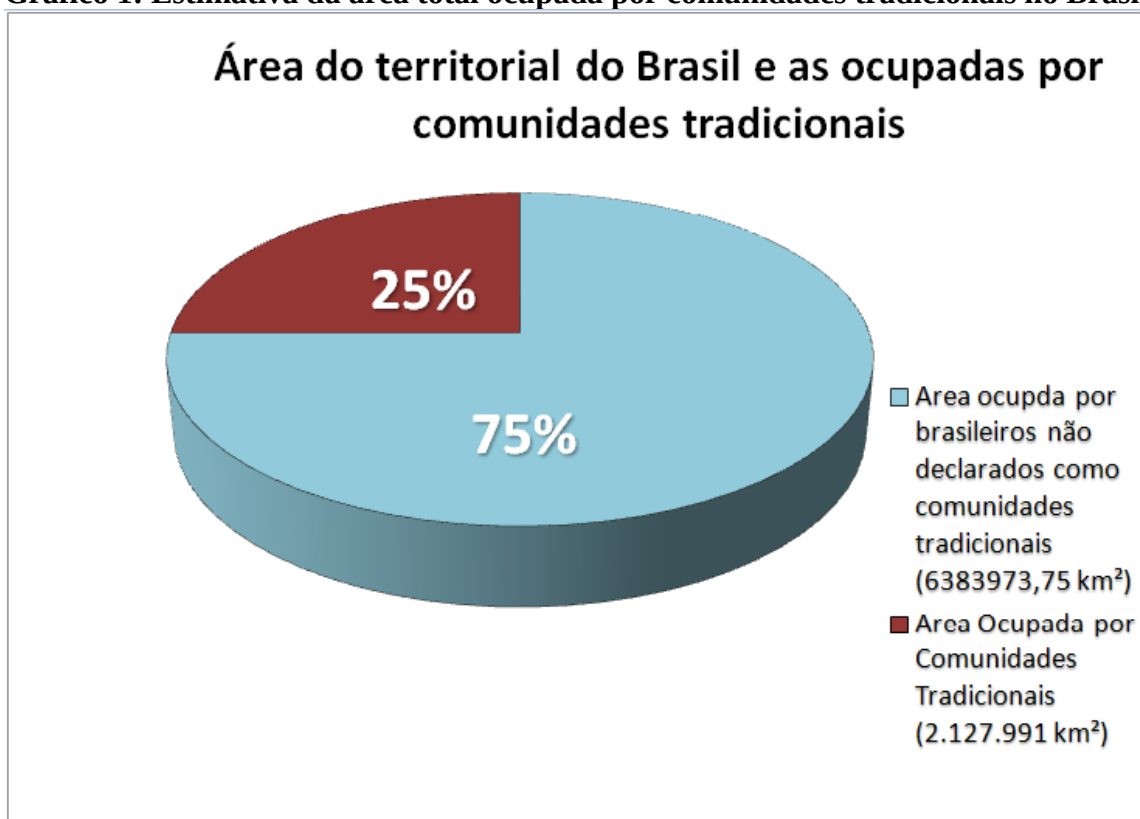
No Brasil, as comunidades tradicionais ocupam cerca de 25% do território (Gráfico 1) e correspondem, aproximadamente, a 4,5 milhões de pessoas (Gráfico 2). Sendo que destes, temos dois milhões de quilombolas, um milhão de atingidos por barragens, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco e babaçu, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros (CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS BRASIL, 2007), (Gráfico 3). Esses povos detêm uma gama de conhecimento sobre a natureza e um legado cultural que é transmitido ao longo de várias gerações.

Para a maior parte desses grupos a concepção é de que o território pode ser considerado uma de suas marcas. O território, habitado a várias gerações, não é entendido apenas como o

espaço e seus recursos, mas também pelos símbolos, mitos e lendas. A identidade não surge apenas pelas relações sociais em si, mas também pelas relações dos homens com a natureza, com o espaço, com o lugar. Alguns grupos se identificam pela relação com o meio, tirando-os do local onde se identificam corre-se o risco do grupo se desfazer enquanto tal.

Diversos povos encontram nas suas relações com a água uma forma essencial de permanência e reprodução do seu modo de vida. Eles garantem a água para usos múltiplos, tais como: para o consumo humano e dos animais, para o uso doméstico, para a agricultura, para transporte e navegação e também como fonte de energia. Essas populações atribuem valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais.

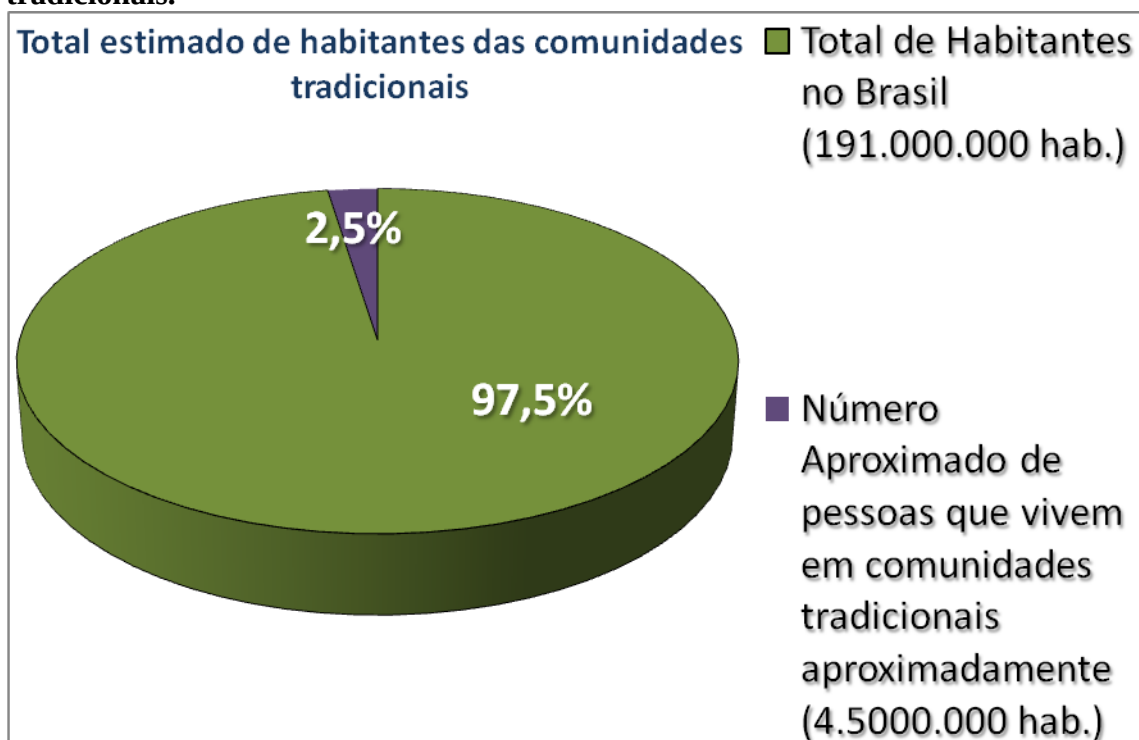
Gráfico 1: Estimativa da área total ocupada por comunidades tradicionais no Brasil.



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS BRASIL
Organização: Vinicius Paschoal Belon.

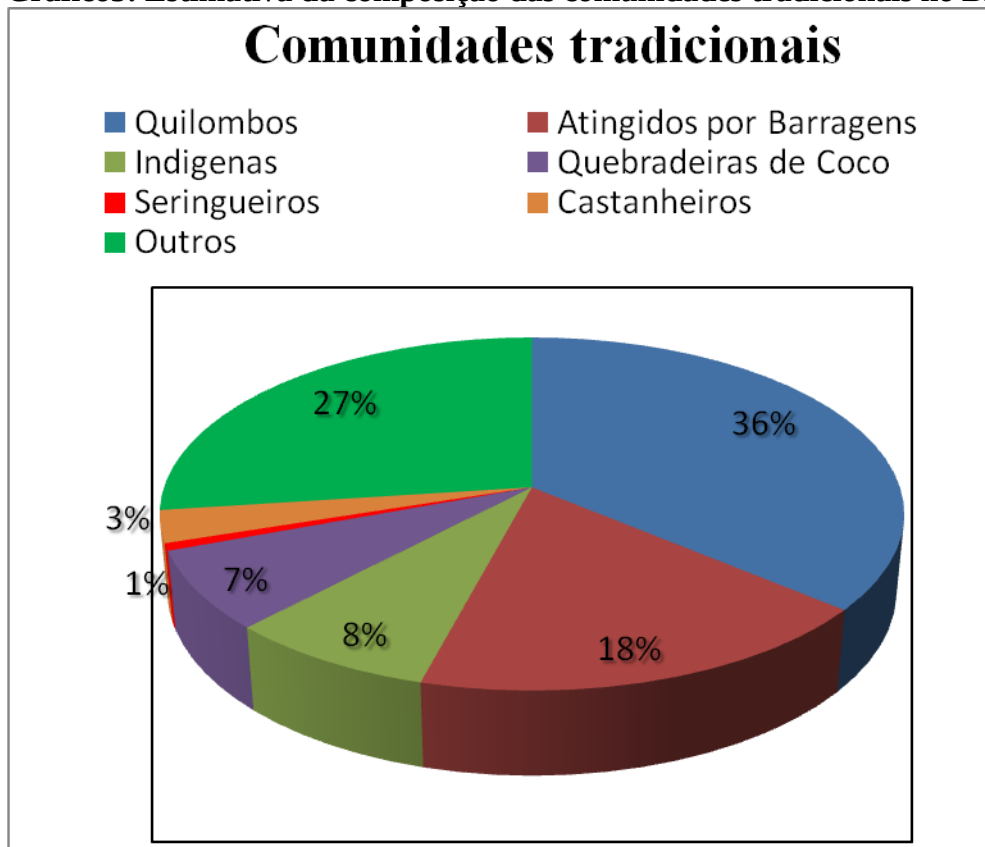
Nota-se no gráfico acima que estas comunidades ocupam uma significativa área, por isso seu papel na preservação dos recursos naturais merece destaque.

Gráfico 2: Estimativa do total de habitantes no Brasil que compõem as comunidades tradicionais.



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS BRASIL
Organização: Vinicius Paschoal Belon.

Gráfico3: Estimativa da composição das comunidades tradicionais no Brasil.



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS BRASIL
Organização: Vinicius Paschoal Belon.

Nas sociedades tradicionais, apesar da água ser de uso polivalente (beber, lavar, irrigar), existe necessidades menos diversificadas que nas sociedades urbano-industriais, pois nestas últimas a água é usada também para fins urbano-industriais em larga escala (produção de bens industriais, serviços, etc.) (DIEGUES, 2007).

Portanto, o uso da água tem gerado tensão entre os diversos estratos sociais. Um dos focos está na construção de barragens e de sistemas de irrigação. Em diversos casos nota-se conflitos entre formas tradicionais de apropriação social dos espaços aquáticos, baseados no direito consuetudinário e aquelas que têm por fundamento o direito moderno, formal.

Nas sociedades tradicionais a água, incluindo rios e lagos fazem parte de um território e um modo de vida, base de identidades específicas (pescadores, ribeirinhos, entre outros) ao passo que nas sociedades modernas a água, como bem de consumo, é desterritorializada, canalizada de outros lugares muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato.

Uma marca notável está na forma de distribuição da água, que ao contrário de algumas sociedades urbano-industriais, em que a distribuição da água para a população é, freqüentemente, privatizada ou de propriedade do Estado (lagos, nascentes dentro das propriedades particulares), nas comunidades tradicionais esses recursos são de uso comum, apesar de, em muitos casos, o acesso ser regulamentado pelo direito consuetudinário. O acesso à pesca, por exemplo, é aberto somente aos membros dessas comunidades que mantêm entre si relações de parentesco e compadrio.

Devido à importância vital que têm as águas dos rios para as populações tradicionais qualquer alteração de sua qualidade e quantidade resultante de impactos de atividades de grande escala, coloca em risco o modo de vida e a própria sobrevivência desses grupos humanos, causando sua marginalização, abandono forçado de seu território e sua transformação em populações marginais (DIEGUES, 2007).

Ainda, tratando da questão dos recursos hídricos, os impactos das barragens sobre as populações tradicionais são notados em várias partes do território nacional, em muitos casos comunidades inteiras sofrem com a implantação de empreendimentos energéticos, e devem ser reassentadas longe de seu lugar tradicional de moradia e trabalho. Percebe-se que existem movimentos sociais ligados diretamente a esta questão, surgindo novos atores, e um deles é o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Surgiu em 1991, ao final do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. É um movimento organizado nacional, regional e localmente, visando “reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens, obras pré-construídas ou projetadas, para a defesa dos seus direitos” O Movimento é contra planos que impõem a

construção de grandes barragens, sejam elas estatais, privadas ou financiadas ou não por agências internacionais. O MAB incentiva a “busca e luta por alternativas para a geração, distribuição de energia que modifiquem a atual matriz energética brasileira...”⁴. O MAB organiza congressos bianuais, incluindo o Primeiro Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, realizado em 1997 em Curitiba, congregando representantes de 20 países. Ainda em 1997 foi criada na Suíça a Comissão Mundial de Barragens (CMB) ligada ao Banco Mundial com a participação de organizações não-governamentais, Movimentos de Atingidos por Barragens, empresas construtoras de barragens, entre outros (portal do MAB). Outro movimento importante é denominado Coalizão Rios vivos. Criada em 1992, a coalizão contava em 1994 com 100 ONGs e organizações comunitárias, preocupadas com a crescente destruição dos ecossistemas da Bacia do Prata. Na época, o principal motivo de reunião dessas organizações, que hoje conta com mais de 300 organizações, era a oposição ao projeto de Hidrovia Paraná-Paraguai⁵.

1.7 A questão dos ribeirinhos.

Diversas comunidades se relacionam diretamente com os rios brasileiros, residindo em suas margens ou utilizando as áreas marginais para realização de suas atividades produtiva, no entanto deve ser ressaltado que nem todos fazem parte de comunidades tradicionais, pois apresentam usos e relações distintas com os recursos naturais.

Portanto, identificamos como ribeirinhos aqueles grupos que sofreram com impactos causados por empreendimento construídos ao longo dos rios e que alteraram as dinâmicas naturais dos mesmos, e não como um critério geográfico.

⁴ Disponível em www.mabnacional.org.br – 12/Junho/2011.

⁵ Disponível em www.riosvivos.org.br.

CAPÍTULO II Histórico da implantação das Usinas no Brasil.

2 Implantação das usinas hidrelétricas no Brasil

Num mundo globalizado, algumas características se destacam como o uso intenso de tecnologias, o processo de urbanização acentuado, a industrialização se expandindo por novas áreas, entre outras. Para que estas transformações se efetivem foi necessária a implantação de uma sólida infra-estrutura, no entanto, a viabilização de grandes projetos estruturais afeta diversas áreas e setores, modificando a economia, a política, e a natureza. Mas na maior parte dos casos os interesses do capital prevalecem em detrimento da natureza, e neste sentido os impactos nas bacias hidrográficas se destacam e isso atinge uma grande quantidade de pessoas e de comunidades tradicionais.

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas a partir de políticas públicas que visavam criar condições de infra-estrutura para a intensificação da industrialização no território brasileiro, estas construções eram conhecidas como GPI (Grandes Projetos de Investimentos) (SOUZA, 2005).

Destaca-se a esse respeito alguns agentes envolvidos nesse processo, como o Estado que visa disponibilizar a oferta de energia hidrelétrica, construir malhas viárias e instalar as indústrias de base, as empresas envolvidas que a partir de moldes de desenvolvimento calcados no modo capitalista pressionam para a instalação de infra-estrutura; e a sociedade local, regional e nacional, que vivem os impactos ambientais positivos e negativos de tais empreendimentos, tanto nas relações sociais, na economia e no ambiente natural. Santos e Silveira (2001) ressaltam e caracterizam esses projetos estruturais, como as hidrelétricas, as rodovias, ferrovias e as telecomunicações, como parte das técnicas construídas no território que transforma e utiliza o espaço.

Embora seja constatado que os primeiros reservatórios para geração de energia foram construídos a partir do final do século XIX, e início do século XX, nota-se que esta política ganha força no segundo quartel do século passado, ainda nesse momento com poucas preocupações ambientais, pois o discurso era voltado para defesa do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Em 1962 cria-se no Brasil a ELETROBRÁS, impulsionando os chamados GPI na área de geração de energia, com isso, grandes contingentes populacionais foram deslocados⁶ de suas

⁶A usina de Sobradinho, no Estado da Bahia, por exemplo, inundou quatro cidades e dezenas de povoados, provocando migração compulsória de 72 mil pessoas. Ainda no Nordeste a construção da usina de Itaparica

áreas de origem, devido a inundações de significativa parcela de terras ao redor dos empreendimentos. As transformações regionais e locais desencadeiam disputas pelo território entre as empreendedoras e as famílias a serem desalojadas. Observa-se a partir daí um processo de (des)territorialização e (re)territorialização, sendo que o espaço onde as populações manifestam seu modo de vida é requisitado para outros fins. Além desse notável problema observamos outras implicações como, inundação de milhares de quilômetros quadrados submergindo uma parcela considerável da fauna e da flora, modificação brusca nos ciclos biológicos e ecológicos, além de alterações climáticas. Porém estas constatações foram pouco relevantes, pois se acreditava que os benefícios gerados por estas obras iriam se sobrepor aos efeitos negativos (ver anexos alguns dos principais impactos nas diferentes fases de implantação de um reservatório) (BORTOLETO, 2000).

Desta forma, se uma parcela da sociedade considera as hidrelétricas um benefício para a nação, tendo em vista às novas necessidades de produzir um avanço técnico-científico altamente favorável ao crescimento econômico, por outro lado, alguns questionam como Santos, que diz: “se as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia [...], na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais” (1997, p. 173).

O desenvolvimento da Política Energética no Brasil tem dado exemplos de uma política de inundação de terras e expulsão das populações, pois, desde a década de 1950 até a de 1990, a Eletrobrás, por meio de suas subsidiárias e empresas privadas, já havia inundado mais de três milhões de hectares de terra para a formação de reservatórios.

Com a intervenção estatal houve uma regulamentação da produção e distribuição de energia elétrica, retirando o controle das empresas privadas e estimulando a construção de novos empreendimentos em distintas regiões. A partir daí criou-se a CHESF (Companhia Hidrelétrica de São Francisco) responsável pela construção da usina de Paulo Afonso. Já na década de sessenta do século XX, implantou-se as CEMIG (Centrais de Minas Gerais) e, as CEF (Centrais Elétricas de Furnas), que comandou a construção das usinas de Porto Colômbia, Marimbondo, Estreito, Volta Grande e Água Vermelha. Na década seguinte, por meio da união das CHERP (Centrais Elétricas do Rio Pardo) as USEIPA (Usinas Elétricas de Paranapanema) e a CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá), formou-se as CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) (SOUZA, 2005).

De acordo com Bortoleto (2000), por volta dos anos cinquenta do século passado, a CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai) elaborou o projeto da construção

desalojou mais de 10 mil famílias. Na região Norte a usina de Tucuruí, implicou no remanejamento de aproximadamente 30 mil pessoas. Na região Sul a implantação de Itaipu deslocou cerca de 42.500 pessoas, das quais aproximadamente 39.000 viviam no campo. (REBOUÇAS, 2000)

2.1 Movimentos sociais relacionados aos impactos das barragens

É importante ressaltar que algumas décadas atrás não havia no Brasil nenhum movimento expressivo voltado à preservação do meio ambiente e assim as construções de Usinas Hidrelétricas eram propostas a luz de uma “ideologia da modernização”, sem que os setores responsáveis se preocupassem com as alterações e as mudanças que viessem a ocorrer no ambiente natural, no entanto, alguns movimentos sociais com caráter de defesa dos grupos atingidos por barragens foram organizados, como o caso da criação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), que nasce na década de 1980 na bacia do rio Uruguai, e tem um importante papel na defesa dos interesses dos atingidos pelas construções de barragens.

Estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras. Uma enorme massa de trabalhadores que perderam suas casas, terras e o seu trabalho. Muitos acabaram sem-terra, outros tantos foram morar nas periferias das grandes cidades. Desta realidade surge a necessidade da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir ao modelo imposto⁷.

A resistência contra a implantação de barragens perpassa os órgãos ambientais, sendo objeto de vários agentes sociais, como o MAB.

Com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que tem a finalidade de definir e implementar a Política Nacional do Meio Ambiente, o estudo dos danos ambientais e sociais, os impactos, passam a ser considerados não só para a construção de Usinas Hidrelétricas, mas para toda atividade que possa vir causar modificações no meio ambiente. O Conselho Nacional do Meio Ambiente define como impacto ambiental:

A alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetem a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais, passou-se a considerar também como impacto as conseqüências sociais inerentes à reprodução das populações atingidas (CASTRO, 1993, p.23).

Neste sentido, uma reflexão acerca de alguns temas tem sido buscada, uma vez que alguns elementos são incorporados à vida de quem sempre dependeu direta ou indiretamente dos rios. Assim, a compreensão da complexidade das transformações causadas pelo modo capitalista de produção, força um estudo da influência de tais modificações nas comunidades

⁷Disponível em www.mabnacional.org.br – 19/outubro/2009.

que, de certa forma, se encontram incluídas de maneira precária, ou até mesmo marginalizadas deste sistema.

É preciso lembrar ainda as críticas que são feitas aos estudos sobre impactos ambientais, pois as metodologias utilizadas para a realização dos Estudos de Impactos Ambientais (E.I.A) continuam, conforme Castro (1993),

dando ênfase exagerada aos aspectos físicos-químicos e biológicos, deixando as dimensões sociais numa posição periférica, lançando por terra as importantes contribuições trazidas pela ecologia, esquecendo de que o homem não só é parte do ecossistema natural como, atualmente, é o principal agente de alteração do mesmo (p.25).

É por essas razões que a realidade tem demonstrado que, na maioria dos casos, os custos sociais não têm sido objetos de previsões.

No início dos anos 1980, a preocupação ambiental passou a fazer parte da agenda do planejamento energético, só que esta preocupação foi colocada em prática de forma corretiva e não preventiva. Isso mudou no final dessa mesma década, quando se começou a trabalhar a preservação ambiental de maneira pró-ativa, isto é, buscando-se empreendimentos de menor impacto ambiental, porém algumas comunidades já tinham sofrido com intensos e imensos impactos. Além disso, os cursos d'água fazem parte da história dos indivíduos, da família e da comunidade que integram essa população, ganhando sentidos simbólicos que ocupam uma parte importante de seu patrimônio cultural. Neste sentido:

Para o MAB, tão importante quanto discutir novas formas e alternativas de produção de energia, é discutir um novo modelo energético, que esteja sob o controle e a serviço do povo brasileiro. Na atual organização do sistema elétrico, a população é a última a ser beneficiada. Desde a privatização do setor, a energia elétrica passou a ser considerada uma mercadoria, a serviço do lucro das empresas, principalmente as empresas que consomem muita energia, como a indústria da celulose, siderúrgicas e metalúrgicas. Portanto, queremos que a organização do sistema energético brasileiro – seja ele baseado na matriz hídrica, eólica ou da biomassa - não sirva mais para o lucro das empresas multinacionais e sim para o bem-estar da população brasileira. A energia se tornou um insumo básico na sociedade, mas que é negado à população que não tem acesso ou não pode pagar pelo serviço⁸.

Diante dos grandes impactos o MAB propõe novas formas de organização de distribuição dos recursos energéticos, visando uma democratização no acesso e consumo, deste modo mitigando alguns dos problemas gerados pela implantação destas obras.

⁸ Disponível em www.mabnacional.org.br – 19/outubro/2009.

2.2 A Usina de Porto Primavera

A UHE de Porto Primavera foi construída como parte de uma política econômica do governo brasileiro durante o regime militar, haja vista que o país a partir de meados do século XX passou por um processo rápido de desenvolvimento ou crescimento econômico. A industrialização, a partir da sua modernização e da intensificação da globalização avançou consideravelmente, requerendo implantação de infra-estrutura para dar suporte ao processo, provocando transformações nos meios urbanos e rurais. Dentre essas infra-estruturas destacam-se o sistema urbano, como produção e acolhida ao contingente de mão-de-obra e como mercado consumidor, as vias de acesso, sobretudo o rodoviário, para facilitar a aquisição de matéria-prima e escoamento da produção, o sistema de comunicação, visando a adequar o processo produtivo a mais recente tecnologia, e a disponibilidade de energia suficiente para o aumento da produção.

A referida Usina se localiza no rio Paraná entre as regiões Sudeste e Centro Oeste, a 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema (Figura 2).

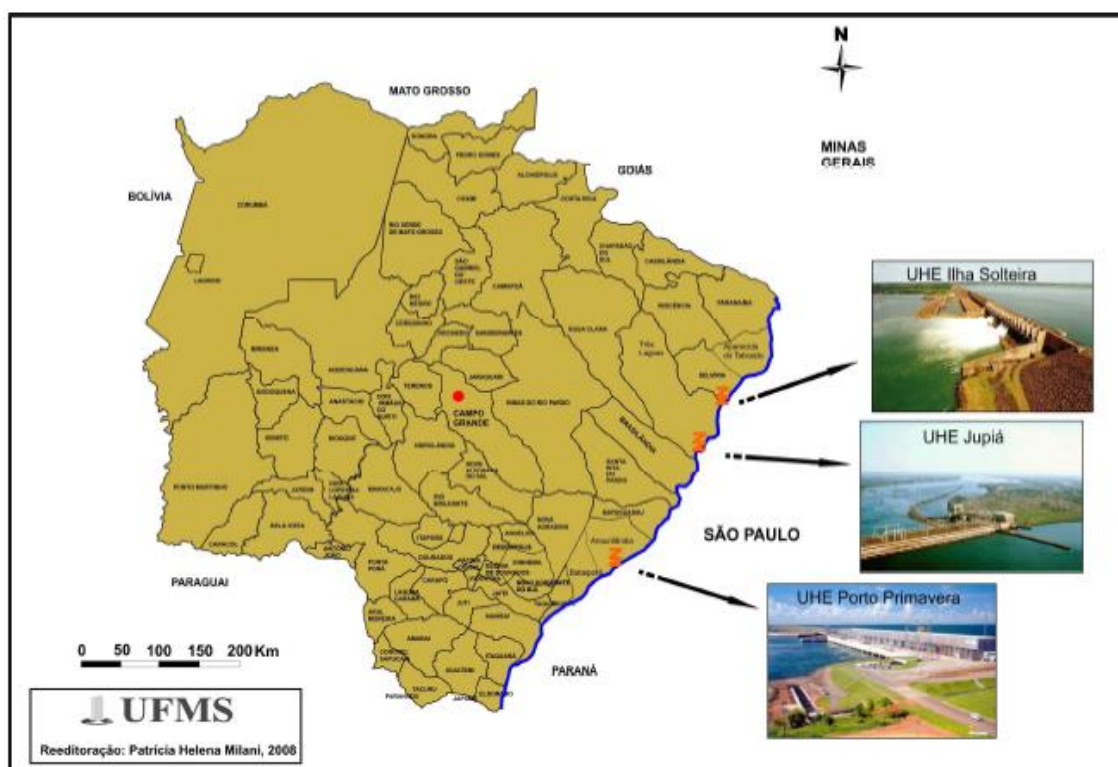


Figura 2: Localização das usinas UHE Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera.
Fonte: ARANHA SILVA, 2008.

Segundo Bezerra & Fernandes (2007), o programa de construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no rio Paraná, teve início no final dos anos de 1970 e foi norteado por

determinantes provenientes de uma política desenvolvimentista cujo principal objetivo era a integração econômica da região à dinâmica do restante da economia nacional, propósito substanciado por meio da implantação e melhoria dos serviços, equipamentos e infra-estrutura regionais.

A área de terras e benfeitorias declarada como necessária para a formação do reservatório da UHE Porto Primavera perfaz um total de 240.893.22 Hectares, e abrange terras de 11 municípios e em torno de setenta e sete Ilhas, uma delas possuía mais de 300 hectares como a Ilha Comprida. Da área atingida 80% se localizava no lado sul mato grossense com cinco municípios e 20% lado paulista com seis municípios (Quadro 1). A hidrelétrica possui o maior lago do Brasil e um dos maiores do mundo, inundando a maior reserva de argila da América Latina, o local possuía ainda aproximadamente cento e dezoito sítios arqueológicos e abrigava mil setecentos e vinte e nove famílias ribeirinhas, representando assim um desastre ambiental e cultural (SOUZA, 2005).

Quadro 1- Municípios impactados a montante da construção da Usina de Porto Primavera

Mato Grosso do Sul	São Paulo
Anaurilândia	Rosana
Bataguassu	Teodoro Sampaio
Brasilândia	Presidente Epitácio
Santa Rita do Pardo	Panorama
Três Lagoas	Paulicéia
	Castilho

Fonte: SOUZA, 2005.

Depois de um longo período de paralisação e de um aumento considerável de seus custos a UHE Porto Primavera, atualmente (re) inaugurada como UHE Sérgio Motta, foi efetivada, aumentando neste momento em até nove vezes o leito do rio (figura 3).



Figura 3: UHE Porto Primavera e a dimensão do reservatório do lago
Fonte: CESP 2005, (apud ARANHA SILVA, 2008).

Este empreendimento trouxe mudanças significativas à Jusante da Usina de Jupia, e um dos municípios mais impactados foi o de Três Lagoas. Algumas comunidades do município passaram por significativas mudanças nestas últimas décadas. A nova (des)configuração espacial impôs outras perspectivas para alguns grupos, entre eles os que habitavam na Ilha Cumprida, fruto de uma mudança radical na estrutura produtiva e dos impactos causados pela construção de Barragens Hidroelétricas no curso do rio Paraná. Partimos do pressuposto que as consequências decorrentes do represamento de alguns trechos do rio e a alteração de sua dinâmica natural foram preponderantes para acentuar as transformações na vida dessas famílias.

Ainda se compararmos a outros empreendimentos da mesma natureza, verifica-se que a área ocupada pelo reservatório e seu potencial de geração de energia, podem caracterizá-lo como uma das obras mais catastróficas em termos de Usinas, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1- Comparação da área inundada com outros reservatórios

Lago em hectares		Potência Instalada em MHz
Itaipú	200.000	12.500
Jupia	33.000	1.400
Porto Primavera	225.000	1.800

Fonte: www.riosvivos.com.br, 2011.

2.3 Resistência dos Ilheus

Todavia, os ribeirinhos mesmo encontrando dificuldades de permanecer na Ilha Cumprida lá sobreviviam em meio às enchentes, porém no final na década de 1990 foram retirados do local, postos em outro lugar, logo o que se busca saber é como eles estão e o que mudou no seu modo de vida, uma vez que no passado a vida estava totalmente voltada à relação com o rio. Destaca-se que o deslocamento destas famílias acaba por impor a construção de outro modelo de relacionamento com o meio que se expressa na criação de seus próprios recursos para substituir aquilo que a própria natureza não oferece mais de forma significativa, por uma série de motivos, mas principalmente pelas transformações do meio natural com a construção das UHE. E como ensina Santos:

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas considerações naturais, nas quais, sem grandes modificações, constituíam a base material da existência do grupo (1994, p.35).

Podemos entender o período em que vivemos, que segundo Santos (1994) é considerado o período técnico-científico-informacional, como aquele em que toda produção depende do atrelamento das forças produtivas.

Logo, a questão é entender como uma comunidade que sempre dependeu de maneira direta do rio para sobreviver pode superar a ausência desta condição de sobrevivência causada por alguns grupos sociais que buscam o “progresso”. Desta forma, é importante analisar como estes ribeirinhos estão vivendo em seu novo habitat.

CAPÍTULO III Reassentamento Piaba, da inundação a sua formação.

3 Reassentamentos provocados pela construção da Usina de Porto Primavera e o Projeto que visa compensação de impactos.

Diante das transformações ocasionadas pela inundação de uma vasta área a empresa responsável pela Usina de Porto Primavera criou mecanismos mitigadores dos impactos, entre eles, o reassentamento de diversos grupos, pois tiveram suas terras submergidas ou então habitavam áreas consideradas de risco. Neste sentido, podemos destacar alguns reassentamentos, como por exemplo, o conhecido por Pedra Bonita com aproximadamente oitenta e cinco famílias, o de Santa Emília/Santana que em seu projeto inicial abrigaria cento e dez famílias, no entanto por falta de infra estrutura contava em 2005 com apenas trinta e cinco famílias, também o denominado Novo Porto João André, e o menor deles composto por populações que viviam na Ilha Cumprida denominado reassentamento Piaba (SOUZA, 2005).

3.1 A busca pelo entendimento da representação dos impactos para os reassentados.

Neste início do século XXI, com a globalização, a tendência é a homogeneização dos espaços juntamente com o modo de produção das sociedades, algumas comunidades resistem em participarem deste processo, por viver dependente de atividades consideradas primitivas como o extrativismo (animal, vegetal e mineral). No entanto, dentro de um processo evolutivo, essas formas de produção vêm ganhando novas configurações, outros modos de ser praticada, outra importância no contexto local, nacional e mundial. Por isso as comunidades que sobrevivem ou sobreviveram delas merecem atenção especial, dos estudiosos, para melhor entender as comunidades dependentes dos recursos naturais. Neste sentido, um enfoque das características numa perspectiva de dar voz aos sujeitos é imprescindível, em uma concepção social dita “de baixo para cima”. Para tanto, o estudo da oralidade das populações tradicionais é fundamental, pois a ausência de documentos oficiais é um traço marcante e para Malatian (1996), a História Oral, é muito utilizada em vários campos do conhecimento, como na sociologia e antropologia. Procurando voltar-se ao povo comum, tentou-se criar uma história alternativa, voltada para os chamados excluídos; com intuito de fazer uma história mais

democrática; que deveria se abrir não apenas para a elite, mas também para uma história social, fazendo uma história militante, na qual não se afirmava uma história neutra, esta neutralidade passou a ser questionada, e apontada como a versão destinada a consagrar a dominação. Desta forma o campo principal da História Oral passou a ser a História Social.

Por isso uma discussão pertinente está em torno da História Oral, ou das fontes orais. Indicada como um caminho importante a ser percorrido, buscando desta forma, despertar e estimular a memória dos indivíduos para que se faça um exercício de reflexão, cujo sentido seria ouvir as partes integrantes da coletividade, com suas experiências e consciências. Podem dar a idéia da história e do modo de vida dos indivíduos envolvidos, pois muitos grupos sociais minoritários não possuíam documentos oficiais, então desta forma a única fonte possível de pesquisa se concentra nas histórias relatadas por pessoas que viveram ou vivenciaram os fatos marcantes das comunidades.

A História Oral surge então como fator de destaque no modo de pensar e entender a relação entre presente e passado. Com sua utilização é possível compreender a postura dos indivíduos que viveram e vivenciaram os fatos diante deles, com suas emoções e sentimentos, e isto é fascinante na medida em que o pesquisador pode realmente perceber o valor dos fatos para quem pode presenciá-los: “Esse fascínio do vivido é sem dúvida em grande parte responsável pelo sucesso que a história oral tem alcançado nestes últimos anos” (ALBERTI, p.15, 2004).

E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos (ALBERTI, p.14, 2004).

No entanto deve haver uma compreensão do tempo vivido e do concebido, levando em consideração que o fato concebido pelos indivíduos pode representar seu ponto de vista, que é motivado por sua experiência e consciência, porém, nem sempre é como os fatos realmente acontecem ou aconteceram.

O que diferencia, de fato, esta nova perspectiva da pesquisa, pode ser encontrado nos escritos de Portelli, que afirma:

Os documentos escritos são fixos; eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que as pesquisas o chamem para a existência. A condição para a existência da fonte escrita é a emissão, para as fontes orais é a transmissão (PORTELLI, 1997, p. 05).

Porém algumas reflexões acerca destas fontes devem ser feitas. Destacam-se os métodos de aplicação e também a interferência do entrevistador/pesquisador nos relatos de seus sujeitos de pesquisa. Uma vez que geralmente a pesquisa envolve fatos que estão reservados à memória do entrevistado, passível de alteração ou distorção, cabendo ao historiador tecer um traço daquilo que ocorreu e daquilo que é apenas recriação da memória do sujeito entrevistado. Contudo, isto não tem se mostrado um empecilho para a sua utilização, devido à variedade de possibilidades criadas pelos relatos coletados.

Fontes orais “conta-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p.01).

Esta nova abordagem de investigação é realizada por meio de entrevistas. O pesquisador munido de perguntas com conhecimentos prévios, coerentes e flexíveis faz despertar as histórias que podem estar na memória dos indivíduos. Porém, com todas estas novas abordagens é necessário observar que alguns problemas podem surgir, gerando discussões.

Estes objetos de análise são fundamentais nesta nova forma de escrever a história das comunidades “esquecidas” da historiografia oficial. Pois, na falta de documentos oficiais a única maneira de chegar a um consenso histórico deve ser por meio das novas abordagens. Lembrando que o pesquisador tem a função de resgatar os acontecimentos de forma responsável:

Em última instância, buscam cumprir uma função social de especial relevância: fazer do saber histórico tanto fundamento do conhecimento do passado, como da projeção para o futuro e, além disso, empenhar-se para impedir que o consumo diuturno do esquecimento e da perda da identidade se constitua no signo maior da modernidade (NEVES, 2000, p.115).

Algumas preocupações surgem quando a metodologia utilizada para a pesquisa é com fontes orais, isto se dá, por causa da recém utilização destas fontes; outra preocupação que surge é em relação à diferença entre História oral e fontes orais. “A história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea” (ALBERTI, 2004, p. 77).

Estas entrevistas dão base para que possamos conhecer o passado e entender o presente por meio destes relatos, analisando atenciosamente as diversas versões encontradas:

Essa circunstância leva, contudo, a uma curiosa conclusão: à medida que a ênfase sobre a “história de baixo” acaba vinculando à noção de “povos sem escrita”, a história oral torna-se uma compensação para a incapacidade daqueles grupos de escreverem sobre si mesmos. Assim, um argumento que

inicialmente, reclamava maior importância para os de “baixo”, corre o risco de acabar reforçando, ainda que indiretamente, o preconceito em relação a eles: eles não são capazes de deixar registros escritos sobre si mesmos (ALBERTI, 2004, p.47).

A preocupação é ainda maior em pesquisas realizadas em comunidades onde a taxa de analfabetismo é alta, e a oralidade se torna mais presente.

3.2 Reassentamento Piaba

Observando o impacto causado pela implantação da usina, nos chamou atenção a problemática de um grupo em especial, aqueles que habitam a maior de todas as Ilhas fluvial do rio Paraná conhecida como Ilha Cumprida. Mesmo que nem toda ela tenha sido inundada, esta área se tornou um local de risco, por isso, que foi desenvolvido para o reassentamento das famílias que lá habitavam (Figura 4 a título de ilustração) e foram deslocadas para o que a CESP denominou de projeto Piaba.



Figura 4: Localização de Ilha Comprida e do reassentamento Piaba.

Fonte: www.google.com.br/maps, 2011. Adaptado.

O Projeto Piaba é um dos subprogramas desenvolvidos pela CESP – Companhia Energética de São Paulo, como forma de indenização pelos impactos causados na área de influência da construção da Usina

Hidrelétrica de Porto Primavera (SP) (atual Sergio Mota) (BEZERRA e FERNANDES, 2007 p.2).

No início, o Reassentamento Piaba era constituído por 17 famílias, provenientes de Ilha Comprida, de acordo com Bezerra & Fernandes (2007)

o projeto não é emancipado, o que ocorre é uma parceria entre Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS), responsável pelos serviços públicos e a CESP, responsável pela doação das áreas comuns, como estradas, rede hidráulica, rede elétrica, a infra-estrutura básica. Todas as famílias são beneficiárias diretas do Projeto e estão na área desde a sua implantação. Estas famílias são oriundas da Ilha Comprida, uma ilha localizada entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS), no rio Paraná, e das margens do rio que foram inundadas. (p.03)

Na área de origem, de modo geral, trabalhavam como empregados em ocupações de baixa qualificação e remuneração, como diaristas, retireiros, caseiros, arrendatários, entre outras, tratando-se em grande parte dos casos de experiências de trabalho, de relação direta com a terra e não de administração das atividades.

E pela análise realizada, a CESP defendia a idéia positiva de seus reassentamentos, como podemos observar:

A alternativa de reassentamento não se limita a repor ou mitigar perdas e danos, mas sim modificar substancialmente a situação patrimonial e condições produtivas do pequeno produtor rural que reside e/ou explora áreas que serão inviabilizadas pelo empreendimento (BEZERRA & FERNANDES, 2007, p. 318).

Não levando em consideração as experiências dos sujeitos, justificando a necessidade do deslocamento para áreas de reassentamento. No entanto a resistência em permanecer nas áreas atingidas é uma marca destes sujeitos.

3.3 Panorama do deslocamento dos ribeirinhos.

Procuramos analisar as condições em que se encontram os ex-moradores de Ilha Comprida, considerados aqui nessa pesquisa como migrantes expulsos pelas exigências econômicas da sociedade urbano-industrial. Muitos destes sujeitos ocupavam a Ilha há algumas décadas e foram forçados a se retirarem do local, tendo que se mudar para uma área com

características distintas das que estavam acostumados. Porém, esta mudança não ocorreu de maneira passiva à imposição dos agentes externos, no caso em apreço a CESP.

Pode-se constatar por meio da análise das entrevistas realizadas no fim da década de 1990, que muitos resistiam as transformações em curso, temendo uma perda de qualidade de vida, prevendo um enfrentamento. Como é possível perceber no depoimento do seu Alfredo⁹:

Faz mais de dez anos que a gente sabe que vai ser desapropriado [pausa]. O povo fica meio doido, eu já falei que eu não vou mais atrás disso, se eles quiserem me tirar vão ter que vir aqui, mas mesmo vindo aqui eu vou dar muito trabalho pra eles ainda, a não ser que eles me tirem na marra[...].

As primeiras famílias a se mudarem da Ilha por conta do represamento datam de 1983, já o segundo grupo saiu apenas no fim dos anos 1990, e tiveram dois destinos distintos. O primeiro grupo se dividiu, alguns foram para Castilho e outros para onde atualmente chamamos de Jupia. Já o segundo grupo era formado por pescadores e trabalhadores rurais. Então os que eram pescadores não seguiram até o reassentamento alegando que não queriam ir para lá, pois não tinham laços com a terra, e desta forma teriam sua sobrevivência prejudicada. Só seguiu até o reassentamento as famílias que dependiam da terra e não realizavam a pesca como fonte principal de sobrevivência.

A ocupação da Ilha mudou de maneira significativa após a primeira saída de moradores, pois até então existia o predomínio das pequenas propriedades, com um contingente razoável de moradores, e quando as primeiras famílias começaram a sair a estrutura da distribuição de terras se alterou, começou a haver uma concentração, e assim diminuiu o número de propriedades. Grande parte desta área foi adquirida por fazendeiros, que acabaram por contratar as famílias que habitavam o local para trabalhar em suas terras.

Eu vim de Andradina [estado de São Paulo] com dois anos, já está com 25 anos que eu estou aqui [Ilha Comprida/MS]. Já está com 25 anos que eu vim morar nesta região. É uma vida inteira aqui. Quando eu cheguei aqui eu era molequinho, quando eu mudei pra cá ainda funcionava aquela balsa que atravessava carro, caminhão, para cá. Quando mudei era tudo colônia, de 1983 para cá é que foi acabando tudo, conforme as enchentes... [silêncio]. Em 83 foi onde praticamente acabou tudo, a maioria do povo desistiu e foi embora, foi onde pode se dizer que acabou mesmo. Não é que nem dizer que a gente entrou ontem aqui, bem dizer a gente viu essa Ilha crescer e viu ela acabar também. Saiu quase todo mundo e os fazendeiros foram comprando os sítios de quem foi deixando para trás, foi virando tudo fazenda. Aqui viveu

⁹Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 30/10/1999. PROJETO: IMPACTOS SOCIAIS EM POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS: UM ESTUDO DE CASO DOS RIBEIRINHOS DE ILHA CUMPRIDA (TRÊS LAGOAS – MS), Transcrição: Ednéia dos Santos Silva.

muita gente. Antes isso aqui era uma casa em cima da outra, a cada 500 metros tinha uma casa com família, isso aqui era um movimento muito grande e aí conforme vieram as enchentes da barragem, foi acabando com tudo, agora só resta mesmo os fazendeiros, porque sitiante aqui resta muito pouco, agora é só fazendeiro (Sidney¹⁰).

Portanto, ao longo da década de 1980 houve uma diminuição drástica do número de moradores da Ilha em virtude da insegurança com as inundações e o projeto de construção da UHE. Entre aqueles que lá ficaram surgiu o descontentamento em permanecer vendendo sua força de trabalho aos fazendeiros que compraram os sítios dos que migraram, como no caso de Dona Maria¹¹ que há muito tempo era moradora da Ilha e sofreu na pele as conseqüências das inundações e da exploração do seu trabalho.

A gente gosta do lugar, já se acostumou, 25 anos já deu pra se acostumar demais, né? E sofrer demais também [pausa]. Trabalha, trabalha, trabalha, mais está no que é dos outros. Pobre sempre tá sofrendo mesmo, né? Muito sacrifício a gente já passou aqui, essa indenização é uma benção, gostaria de sair o mais rápido possível, sairia mesmo. É assim filha, a vida é só sofrimento. De muita bondade eu não tenho muita coisa pra contá não, né? [...] Foi triste a vida da gente aqui, que a gente trabalha todo o tempo para o fazendeiro e a gente acaba saindo por ruim. É isso aí, trabalhar para fazendeiro é só sofrimento, você não consegue nada na vida a não ser um bocado pra comer. Assim foi a nossa vida esses 20 e poucos anos aqui dentro, muito sofrimento, muita luta mesmo. A gente acostuma, eu até tenho dó de sair daqui, que eu acostumei parece que a minha vida ficou aqui dentro dessa ilha, né? Porque uma parte da minha vida eu vivi aqui dentro, né? Mais dizer que foi fácil não foi não, foi difícil [...].

É necessário ressaltar que os ex-moradores da Ilha viviam basicamente de duas ocupações: a pesca e a prestação de serviços para os proprietários das terras. O primeiro grupo aqui classificado como pescadores e o segundo por trabalhadores rurais. Após o início do diálogo entre a CESP e os ex-moradores da Ilha foi constatado que os interesses desses grupos eram distintos, pois o primeiro dependia diretamente do rio para sobreviver e se tivessem que deixar a Ilha teria que ser para um local próximo dali onde pudessem continuar exercendo seu ofício. Já o segundo dependia da Terra, podendo ser reassentado para um lugar longe do rio, mas que tivesse condições de utilizar a terra como meio de sobrevivência.

¹⁰ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 30/10/1999 PROJETO: IMPACTOS SOCIAIS EM POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS: UM ESTUDO DE CASO DOS RIBEIRINHOS DE ILHA CUMPRIDA (TRÊS LAGOAS – MS)

¹¹ Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 30/10/1999. PROJETO: IMPACTOS SOCIAIS EM POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS: UM ESTUDO DE CASO DOS RIBEIRINHOS DE ILHA CUMPRIDA (TRÊS LAGOAS – MS)

Devido às dificuldades de ficar próximos ao rio, os pescadores acabaram não aceitando a doação de um lote no reassentamento, justificando que seria uma mudança radical na sua forma de sobreviver, trazendo dificuldades de adaptação.

Nota-se que o segundo grupo saiu beneficiado em relação às mudanças ocasionadas pelas transformações, pois acabaram recebendo lotes em uma fazenda adquirida pela empresa responsável. Esta área escolhida para ser o novo local de moradia e trabalho do grupo que vivia da agricultura e da pecuária não foi feita de maneira aleatória. A partir de relatos podemos observar que os próprios moradores da Ilha puderam escolher o lugar a ser habitado.

Aqui foi assim, quando a CESP comunicô nós que tinha que saí por causa da barragem ai, eles deu condução e mandou nós corre atrás de uma área pra eles compra pra nós né pro assentamento, ai assim nós fez, saimo ai em três lagoas peguemo uns corretor lá, e fumo anda nas fazenda ai e nós que correu atrás, que achamo o lugar, que nós gostaria que vim, ai o dia que nós veio nessa daqui memo, nós andemo numas 5 fazendas, num dia só, só nossa turma, nada de vim ninguém da CESP junto, ela deu a condução e nós pegamo os corretor e viemo, ai o povo viu aqui gosto daqui (CÍCERO¹²).

Inicialmente foram para o reassentamento conscientes da área que iriam ocupar; de certa forma isso os deixou satisfeitos, segundo o relato do Sr. Cícero.

Alguns descrevem que de fato suas vidas melhoraram quando eles deixaram a condição de empregados, diaristas, para passar a possuir seu próprio sítio, podendo melhorar a qualidade de vida. Neste sentido, quando indagamos ao morador do reassentamento se a vida melhorou, ele respondeu:

“Para min eu acho que melhorou muito, por que lá eu era empregado, funcionário dos outros, tinha que plantar roça na propriedade dos outros, e aqui to na minha propriedade, to trabalhando no que é meu”. Apenas a distância do rio o faz sentir saudades da Ilha, “não posso falar que piorou, o que eu acho meio ruim é que lá toda vida nos fumo criado na beira do rio e aqui é longe do rio, né?” (CÍCERO¹³).

Neste caso, parece haver uma coerência entre a história dos moradores da Piaba e as pesquisas realizadas por Bezerra & Fernandes (2007), pois ambos apontam para a conquista que o reassentamento representa para seus moradores. No entanto, a fala do Sr. Cícero é bastante reveladora da negação do cativo imposto pelo patrão. O ato de trabalhar em sua própria terra lhe possibilita liberdade. E esse sentimento de liberdade é algo fundamental para integrantes de comunidades tradicionais. E ainda para Sr. Cícero:

¹² Morador do reassentamento Piaba/MS, entrevista realizada dia 19/09/2009.

¹³ Morador do reassentamento Piaba/MS, entrevista realizada dia 19/09/2009.

Em comparação com a situação de vida anterior, na área de origem, 77% dos entrevistados consideram que o remanejamento proporcionou melhor casa de moradia e melhor local, por serem atualmente proprietários do lote, já que antes trabalhavam como assalariados em fazendas da região e outros desenvolviam atividades híbridas que combinavam trabalho agropecuário, pesca e serviços para turistas. Essa opinião é consolidada pelo fato de possuir em todos os lotes rede hidráulica e elétrica, o que também não havia no antigo local de moradia destas famílias (BEZERRA e FERNANDES 2007).

Logo, podemos presenciar por meio da imagem abaixo a estrutura residencial presente no reassentamento, visto que os reassentados contam com possibilidade de fixar sua família.



Foto 1: Vista frontal da residência de um dos moradores do reassentamento Piaba.
Fonte: Acervo pessoal, 2009.

3.4 Histórico da área utilizada para o reassentamento

A Fazenda Buriti, localizada no município de Três Lagoas (MS), aproximadamente 50 km da cidade, foi adquirida em 1999 para reassentar as famílias impactadas, e enquadradas no subprograma de reassentamento rural coletivo do município. Após a chegada dos novos moradores passou a se chamar reassentamento Piaba, devido a uma pequena estação ferroviária que se localizava próximo dali, e também por estar relativamente perto do córrego da Piaba (Figura 5).

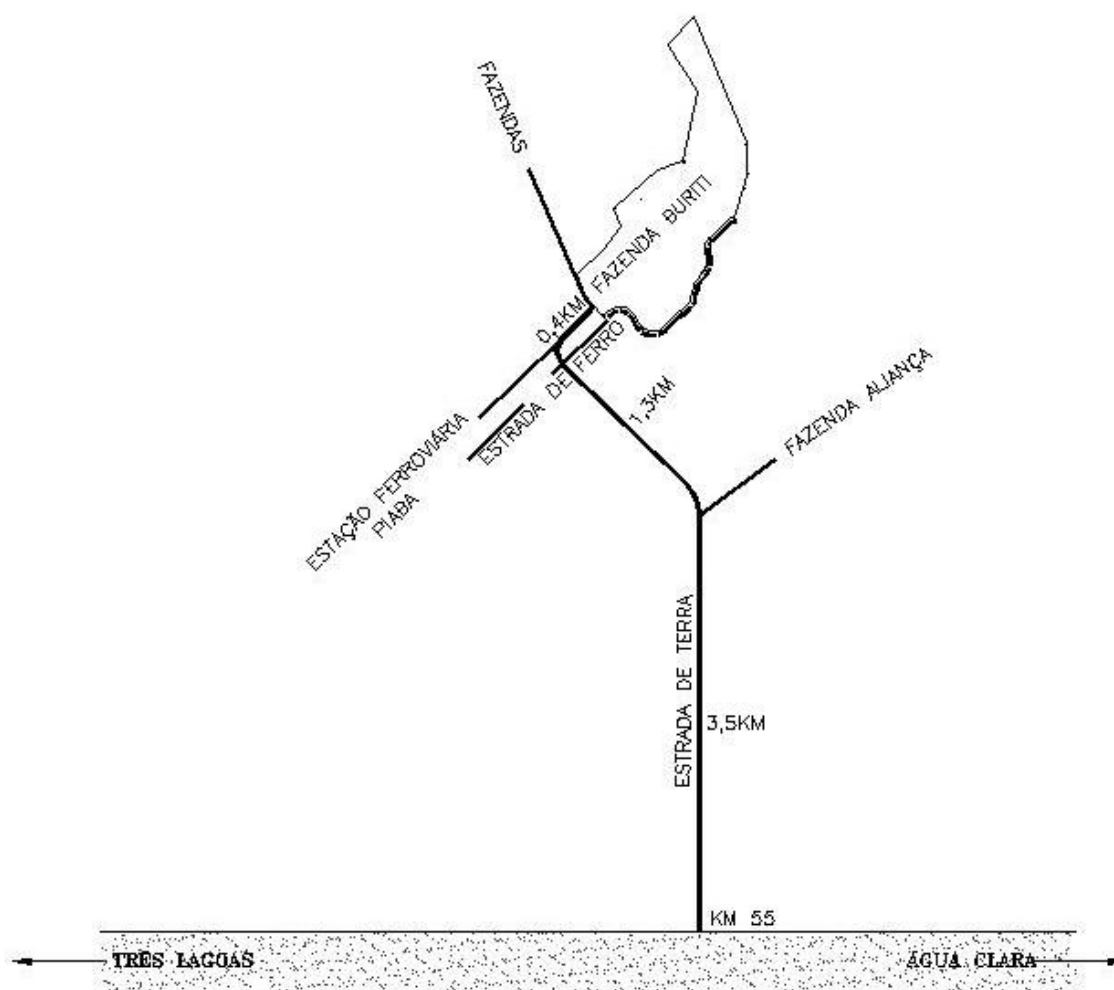


Figura 5: Representação da localização da antiga fazenda Buriti, atual reassentamento Piaba.

Fonte: CESP, 2009.

Segundo dados de Bezerra e Fernandes (2007), a fazenda possui área total de 765,81 ha, dos quais 153,40 ha foram destinados à reserva legal; 3,74 ha para a sede; 9,45 ha para estradas internas e 599,22 ha foram divididos em 17 lotes com áreas variando de 32,46 a 40,00 ha, de acordo com o tipo da atividade a ser implantada (agrícola ou pecuária) e do trabalho de uso e capacidade do solo. A reserva legal foi dividida em três áreas visando englobar as matas existentes, áreas com maior densidade de árvores esparsas e cabeceiras de drenagens. Estas áreas foram cercadas para identificá-las e tentar conservar melhor suas características naturais e/ou estimular a regeneração da vegetação nativa.

Antes da chegada das famílias, no final de 1999 e início de 2000, em todos os lotes foram construídas residências de alvenaria com um tamanho padrão de 52,20 m², com três dormitórios, sala, cozinha e banheiro. Foi instalado um poço tubular de perfuração profunda com uma caixa capaz de reservar 50 mil litros, além da distribuição de rede hidráulica para cada um dos lotes, assim como a instalação da energia elétrica.

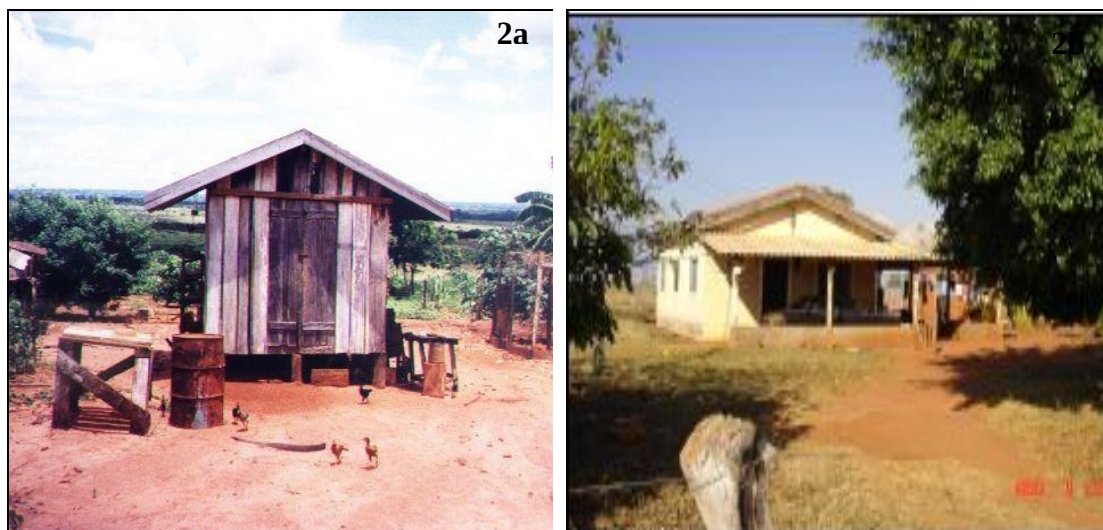


Foto 2a: Tipo de moradia dos ex-ribeirinhos.

Foto 2b: Atual moradia.

Fonte: ARANHA SILVA, 2008.

Durante dois anos após o reassentamento as famílias do Projeto receberam mensalmente uma cesta básica, lembrando que o acordo da CESP com os reassentados era de doar cestas básicas durante um ano, mas como vivenciaram um período conhecido como época das águas, e isso implicou em uma dificuldade de produzir na terra, acabaram recebendo este auxílio por dois anos, como podemos notar na fala de seu Cícero¹⁴.

no início que nós veio para cá, a cesp manteu nós dois ano né, o compromisso dela com nós era dar cesta básica, uma compra até boa por um ano, aí como ela trouxe nós no final das águas, num dava para plantar mais aí ela manteu mais outro ano, daí foi para dois anos né.

Segundo os dados da CESP, foi feito o preparo de 5 hectares de terra com destino à lavoura, além da aplicação de calcário, mediante dados da análise de solo realizada. Em toda a área foram construídas curvas de nível, para manejo e conservação do solo.

Os lotes foram distribuídos por meio de sorteios, e em apenas um deles pode-se constatar a presença de um reservatório de água natural, conhecido como açude, que possivelmente desperta interesse maior por parte dos assentados.

¹⁴Morador do reassentamento Piaba. Entrevista realizada no dia 19/09/2009.

3.5 Perspectivas de organização da comunidade.

O reassentamento possui uma associação própria denominada “Associação do Reassentamento Piaba”, formada por integrantes do local. As reuniões ocorrem na sede da antiga fazenda (Foto 3). Esta tem por objetivo tratar de questões de interesse coletivo.



Foto 3: Vista da sede do reassentamento Piaba onde ocorrem as reuniões da associação.

Fonte: Arquivo pessoal.

O representante da associação é eleito por meio do voto dos associados. O mandato tem a duração de dois anos, sendo permitido à reeleição. Não foi relatada a participação dos assentados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas que representa sua categoria. Vejamos o que pensa o Sr. Cícero a respeito do assunto:

Tudo que a gente precisa algum papel faz lá pra nós né, só que nós não paga nada, tem gente que tem que paga mensalidade lá nós não precisa, é a presidente do sindicato lá já veio aqui, por que é interessante eles anda atrás do produtor pra vê se eles pega um dinherim lá todo mês, mas que nem nós, não precisa, que nós já vende as coisas, então nós já não precisa contribuir mais nada com o sindicato, nós já paga imposto, agora quem não é, não paga nada tem que se filiar no sindicato lá, ai paga uma taxa todo mês, acho que é 7 real (Cícero¹⁵)

¹⁵Morador do reassentamento Piaba. Entrevista realizada dia 19/09/2009.

A formação de uma associação demonstra a identidade comum de reassentados, no entanto podemos notar que a baixa filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais demonstra que os mesmos entendem que o órgão não representa os próprios sujeitos.

3.6 Participação da CESP e o auxílio dado aos reassentados

A principal queixa observada em relação as obrigações da CESP com os reassentados está na reforma de um barracão na antiga sede da fazenda, onde hoje é a sede da associação. Os moradores alegam que possuem lá um barracão que é utilizado para momentos de lazer e confraternização, mas segundo os mesmos este deveria ter passado por reformas para melhorar suas instalações. Mesmo estando com condições precárias este vem sendo utilizado. Notamos o descontentamento na análise da fala de um integrante da comunidade quando questionado se a CESP teria ou não cumprido com suas promessas.

Rapaz, tinha que ter muita coisa viu cara, que nem a CESP mesmo tinha prometido algumas coisas né, e não cumpriu mesmo que a gente quisesse ela não. [...]Era a reforma de um barracão que tem ali, né.[...]É, isso, pra todo mundo né, é o que a gente mais queria, no caso né, é tipo um salão de baile, pra festa, a gente usa o barracão ainda, da pra usar, so que não ta aquelas condições boas no caso, né? (Jonatas¹⁶).

Do restante das promessas eles se dizem satisfeitos, pois as casas foram entregues de acordo com o combinado, a assistência de dois anos foi dada pela empresa, e também a posse da terra permitindo que quem quiser negociar sua parte o fizesse.

3.7 Apoio de órgãos governamentais

Para que os reassentados pudessem dar início à produção agrícola e pecuária foi disponibilizado crédito, após o segundo ano de permanência na terra. Como são produtores de pequenas propriedades, baseados na mão de obra familiar, puderam contar com o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que é uma linha de crédito do governo federal, que visa estimular a agricultura familiar.

¹⁶Morador do reassentamento Piaba/MS, entrevista realizada no dia 19/09/2009.

Uma discussão pertinente a esse respeito é o de enquadramento de camponeses na nomenclatura de agricultores familiar, pois no Brasil existe uma significativa diversidade do campesinato, e desta forma, órgãos governamentais e também alguns grupos de cientistas preferem utilizar este termo. No entanto, podemos notar em Carvalho (2005) a crítica a essa substituição do conceito de camponês por trabalhador familiar:

No Brasil o termo camponês desapareceu do léxico oficial; cheira o atraso do homem do campo. Desapareceu também do dicionário de muitos cientistas da agronomia e até das ciências sociais, pois o conhecimento do homem do campo postula do estudioso trabalho persistente de campo. Lhe é preferida a expressão vaga homogeneizadora de “agricultura familiar”. Esta opção metodológica adotada nas esferas oficiais facilita, evidentemente, a utilização de estatísticas graças ao seu poder de homogeneização redutora de uma categoria social muito complexa e diversificada (CARVALHO, 2005, p. 94).

Esta homogeneização pode trazer algumas perdas referentes ao modo de vida de cada grupo, tendo em vista que alguns vivem dependendo da terra apenas para sua própria sobrevivência, não participando de circuitos econômicos, e isto implica em dificuldades para obtenção de pagamentos dos créditos oferecidos pelo governo, uma vez que a circulação de dinheiro é quase nula.

Já no projeto Piaba este financiamento oferece boas condições para ser utilizado, pois além de possuir juros baixos o prazo de pagamento é extenso, como notamos no depoimento do Sr. Cícero¹⁷:

[...]eu fiz, o meu é 3% ao ano, eu pago ele de ano em ano, todo ano eu tenho uma parcela, eu pago em 5 parcela, eu comecei paga ele com 5 ano, com 6 ano, esse meu era pra paga em dez ano, ai eu ia começa paga ele em 2006 parece, na época 2006 foi bem ruim, pra todo mundo, foi um ano, ruim, ai o Lula prolongo mais um ano, pro povo não aperta pra paga ele, prolongo mais um ano, ai o final dele era 2010 e pulo pra 2011, em cima deste 3% se pagando em dia com nenhum dia de atraso, se tem 25% em cima do juro de abate a menos, seu juro vai da ai por ano 1000 real, se vai te ai um 250 de desconto a menos, e paga direitm, igual o pai memo já fez dois né, muito bão pra paga.

Além disso, são poucas as garantias que o pequeno produtor precisa apresentar, ficando isento de dar a terra como forma de pagamento, dando-lhe segurança. Pois, o medo de perder sua morada e seu patrimônio poderia impedi-lo de buscar recursos. Porém, o dinheiro só pode ser utilizado para realizar benfeitorias para a produção e ainda para compra de animais ou até mesmo insumos, ficando impedido de o agricultor fazer melhorias em sua própria casa.

¹⁷Morador do reassentamento Piaba/MS, entrevista realizada no dia 19/09/2009.

CAPÍTULO IV Organização espacial e a realidade do reassentamento.

4 Comparações com outros reassentamentos

Percebe-se que diversos modelos de reassentamentos foram utilizados pela CESP nas últimas décadas. Durante a construção de outra usina no município de Rosana-SP no rio Paranapanema, o modelo adotado se classificava como Agrovila, que separa a moradia da terra de Trabalho, e em outros reassentamentos este modelo foi questionado, por desagradar os principais interessados, os reassentados, uma vez que rompe com a tradicional organização espacial dos ribeirinhos (Figura 6).

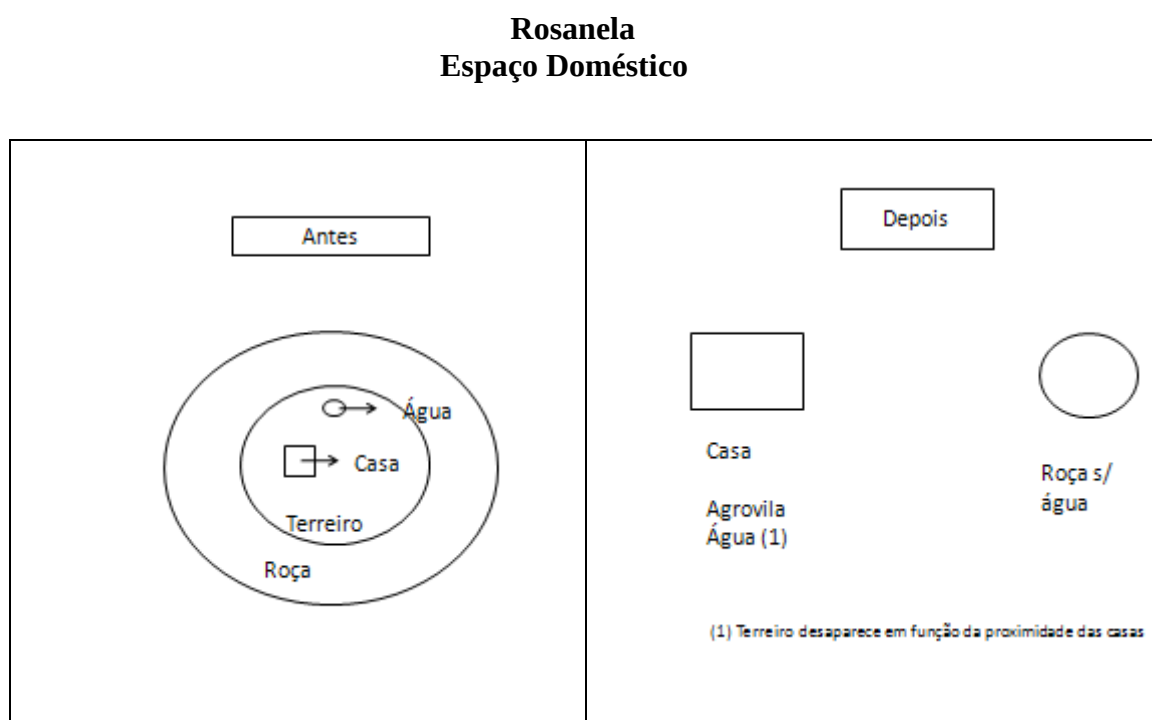


Figura 6: Organização anterior e atual do espaço da comunidade de Rosanela.

Fonte: Rebouças, 2000.

No primeiro caso houve uma mudança de organização espacial distanciando o ribeirinho tanto do rio como de sua terra de trabalho, dificultando as condições de vida e também da geração de uma nova identidade ligada ao espaço ocupado, ainda por ser uma agrovila as casas se localizam próximas umas das outras, eliminando os chamados terreiros, onde muitas plantas e animais domésticos eram cultivados e criados, que faziam parte da alimentação dos sujeitos, e servia como moeda de troca.

No segundo caso analisado para uma comparação, percebe-se que os responsáveis pela implantação do reassentamento procuraram reproduzir a estrutura espacial utilizada pelos ribeirinhos, fazendo com que a casa ficasse próxima a roça, dando mais sentido de pertencimento, deixando-os distantes apenas do rio (figura 7).

Laranjeiras Espaço Doméstico

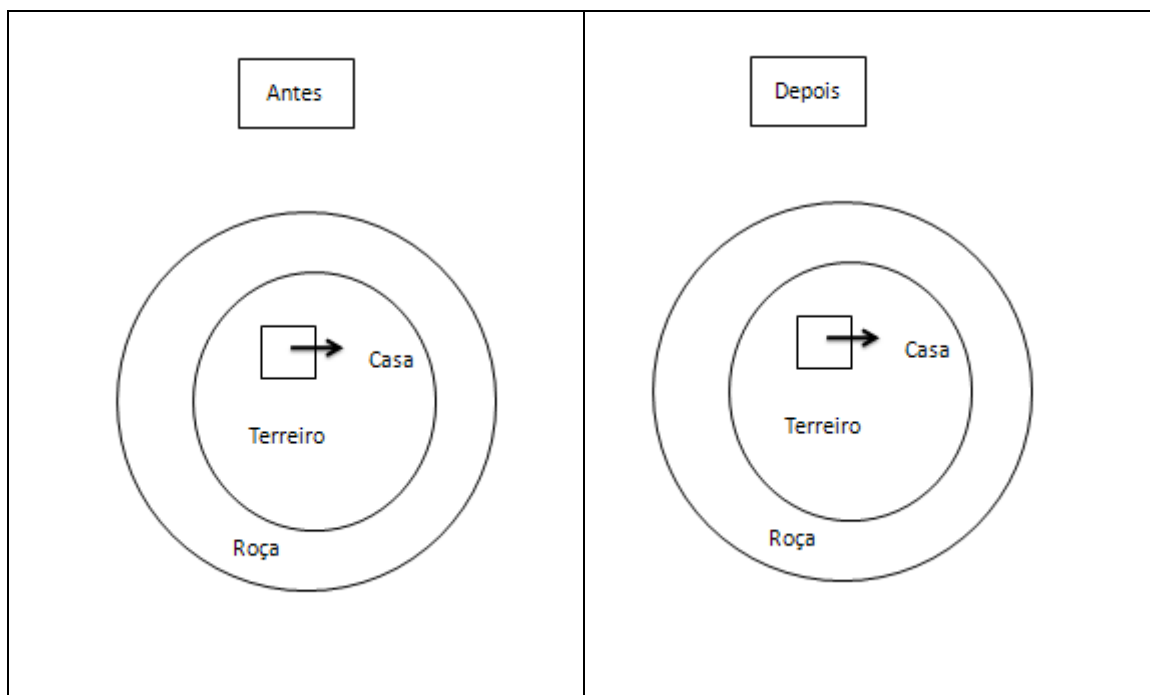
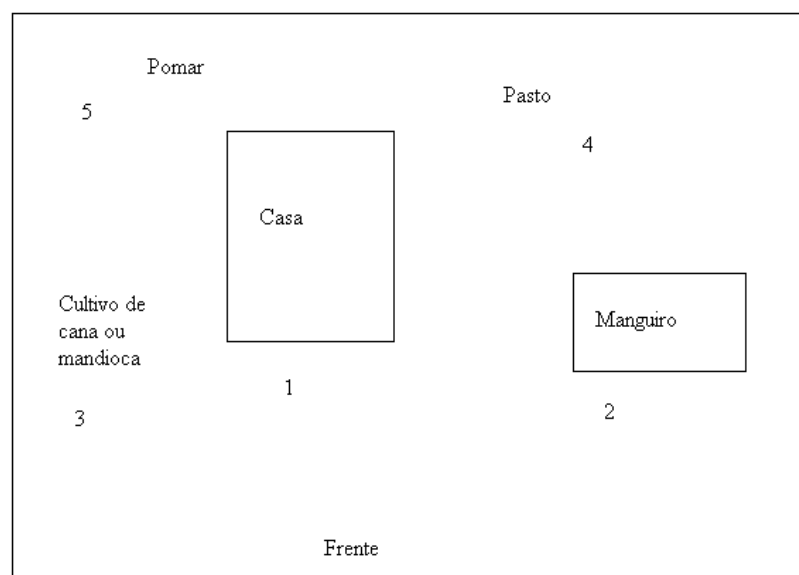


Figura 7: Organização anterior e atual da comunidade Laranjeiras.
Fonte: Rebouças, 2000.

Contudo, uma diferença notável entre os dois primeiros modelos demonstrados e o conhecido como Piaba está no número de reassentados e na distância do rio. Nos dois casos ilustrados são diversas famílias que compõe os projetos da CESP, e no caso da Piaba o número de famílias é bastante reduzido, aproximadamente 17, e isso sob nosso ponto de vista facilita a adaptação, pois é praticamente o mesmo grupo que vivia na Ilha, e neste sentido gera um sentimento de pertencimento e criação de identidade, mesmo longe do rio que foi o que os uniu.

No modelo do reassentamento demonstrado abaixo, nota-se que seguindo a experiência adquirida pela CESP, cada família ficou com um lote (Figura 8).

PIABA



**Figura 8: Organização do reassentamento Piaba, lotes individuais¹⁸.
Organização: Vinicius Paschoal Belon, 2011.**

Basicamente todos os lotes possuem a mesma estrutura, mesmo sendo criados para finalidades diferentes, de acordo o projeto inicial alguns lotes seriam destinados para agricultura e outros para a pecuária, como veremos a seguir.

¹⁸ Alguns lotes estão com sinais de abandono, portanto não possui a estrutura demonstrada na figura 9.

1- Casa 2- Mangueiro 3- Cultivo de cana ou mandioca 4- Pasto 5- Pomar	3- Cultivo de cana ou mandioca 
1- Casa 	4- Pasto 
2- Mangueiro 	5-Pomar 

Figura 9: Imagem das partes que compõe o lote de um dos moradores no reassentamento Piaba.

Organização: Vinicius Paschoal Belon, 2011.

4.1 O descompasso entre o planejado e o vivido

A princípio a CESP dividiu o ex fazenda Buriti em 17 lotes, na qual 12 eram destinados a agricultura e 5 exclusivamente para a pecuária (Figura 10).

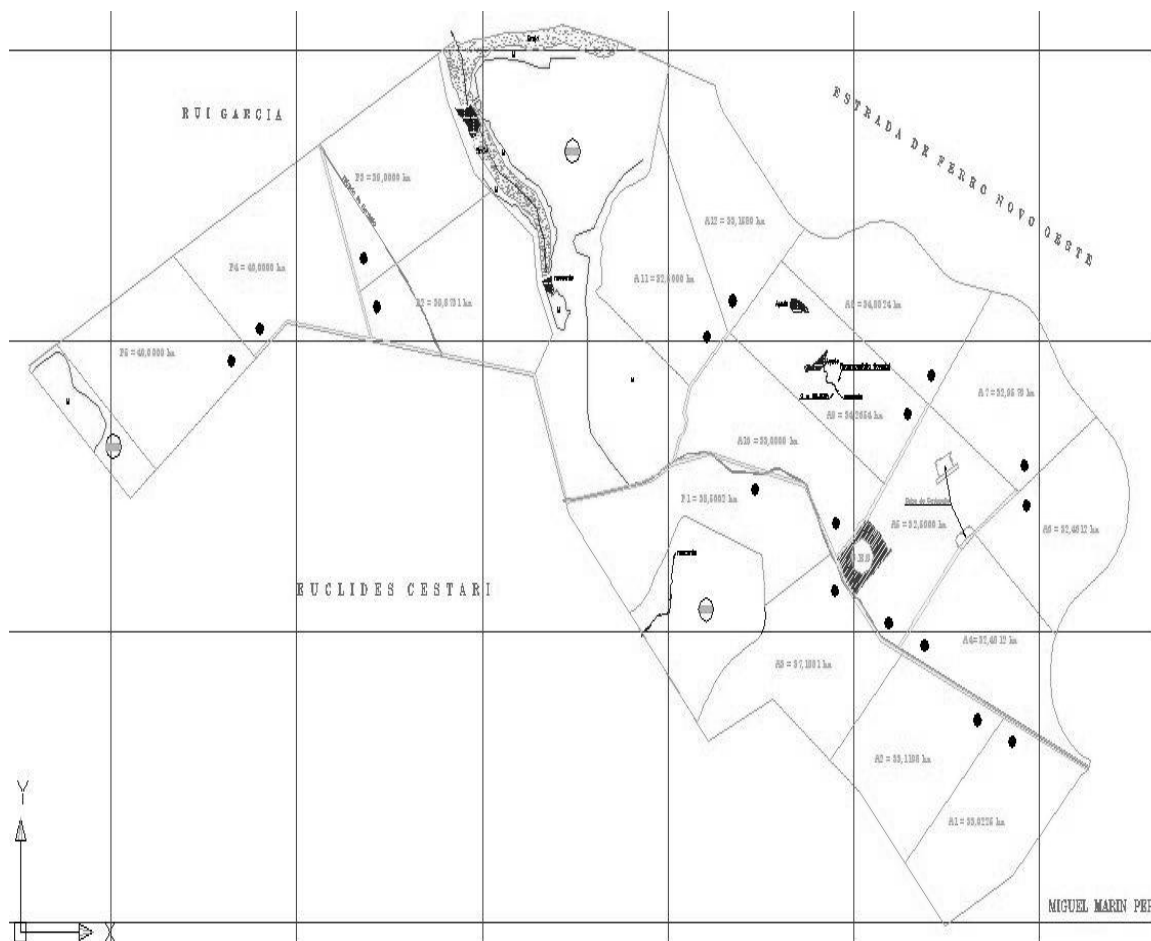


Figura 10: Mapa da distribuição espacial dos lotes, das reservas legais e das áreas de preservação permanente (Ver Anexo).

Fonte: CESP, 2009.

Cada um dos lotes foram formados com áreas de medidas semelhantes, no entanto a área destinada exclusivamente para a agricultura foi maior que a destinada a pecuária (Tabela 2).

Tabela 2- Medida dos lotes e das reservas legais.

RESUMO DAS ÁREAS	ÁREAS (ha)	ÁREAS (%)
Lotes agrícolas (12 Lotes)	400,8456	52,47
Lotes pecuária (05 Lotes)	197,3731	25,77
Reserva Legal	153,4008	20,03
C.E.S	3,7394	0,5
Estradas	9,4532	1,23
TOTAL	765,8121	100,00

Fonte: CESP, 2009.

Há um descompasso entre o projeto do órgão responsável pelo reassentamento e a realidade organizativa do mesmo, pois de início era proposto que dos 17 lotes 12 fossem destinados a agricultura e 5 a atividades relacionadas á pecuária, mas, quando questionados parte dos moradores afirmaram desenvolver atividades híbridas, ou seja, mesclando produção agrícola com pecuária (Quadro 2). Isto se dá devido á baixa produtividade na área e a declividade do relevo.

Quadro 2- Demonstração das atividades por lotes.

Lotes de acordo com o projeto da CESP	Atividades	
Agricultura 1	(X) Pecuária	() Agricultura
Agricultura 2 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura
Agricultura 3	(X) Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 4 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura
Agricultura 5	(X) Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 6 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura
Agricultura 7	(X) Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 8	(X) Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 9	() Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 10	(X) Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 11	(X) Pecuária	(X) Agricultura
Agricultura 12	(X) Pecuária	() Agricultura
Pecuária 1 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura
Pecuária 2	(X) Pecuária	() Agricultura
Pecuária 3 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura
Pecuária 4 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura
Pecuária 5 (sem atividades)	() Pecuária	() Agricultura

Organização: Vinicius Paschoal Belon, 2011.

No lote um do reassentamento, observou-se uma estrutura voltada para a prática da pecuária leiteira, com mangueiro construído e até mesmo um açude para captação de águas pluviais, tendo como objetivo a captação e o armazenamento de água da chuva com a finalidade de fornecer água para os animais da propriedade, pois a água consumida pelos moradores do reassentamento é proveniente de um poço artesiano construído para abastecer todos os lotes. Expressando desta forma um fato interessante que pode ser encontrado em outros lotes, pois este a princípio foi designado para a prática da agricultura, tendo em vista a qualidade do solo e a altimetria do relevo, que seria mais propício para as práticas agrícolas, no entanto esta atividade está ausente.



Foto 4a: Vista frontal do açude para captação de águas pluviais no período da seca.

Foto 4b: Vista frontal do açude para captação de águas pluviais no período das águas.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote dois, podemos notar sinais de abandono, não encontramos nem uma atividade, e segundo informações o morador do mesmo já não se encontrava mais entre eles, havia se mudado para a casa de familiares na cidade. Este por sua vez também foi designado para as práticas agrícolas.



Foto 5: Vista frontal da residência no Lote 2.

Fonte: Acervo pessoal.

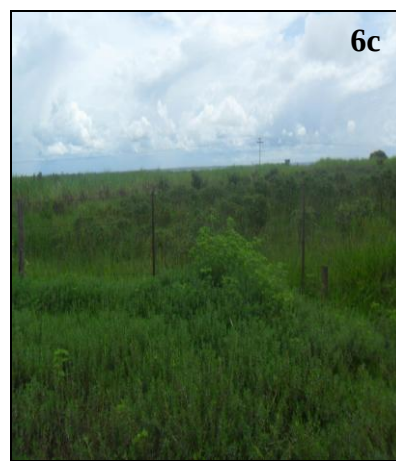
No lote três as observações levaram-nos a constatar que as práticas produtivas são diversificadas, aqui classificadas de híbridas, com plantações de mandioca e cana de açúcar, e ainda criação de gado leiteiro, apresentando mangueiro de alvenaria e barracão para guardar e manusear os instrumentos de trabalho.



6a



6b



6c

Foto 6a: Vista lateral do mangueiro no lote 3.

Foto 6b: Vista do barracão e da caixa de água no lote 3.

Foto 6c: Cultura desenvolvidas no lote 3, cana de açúcar e mandioca.

Fonte: Acervo pessoal.

Já no lote quatro, a partir das observações constatou-se que não havia atividades sendo desenvolvidas, e a habitação está com sinais de abandono.



Foto 7: Vista da residência ao fundo no lote 4.

Fonte:Acervo pessoal.

No lote cinco, foi encontrado o desenvolvimento de atividades híbridas, com pecuária, agricultura e ainda criação de porcos e galinhas, demonstrando um bom aproveitamento da área.

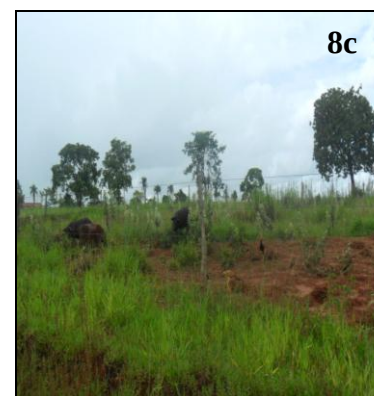
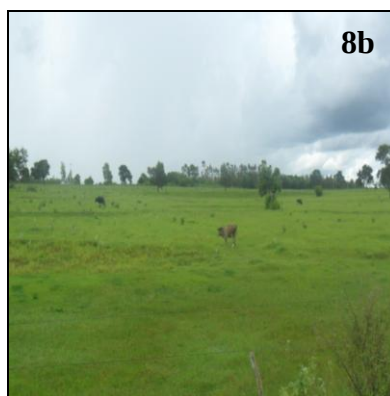
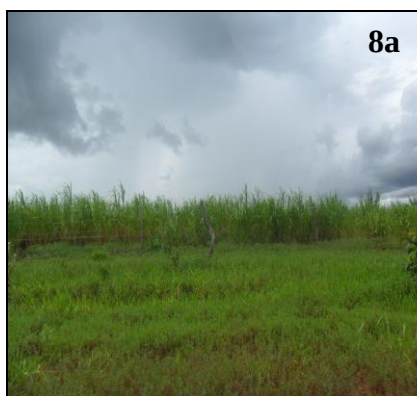


Foto 8a: Plantação de cana de açúcar, lote 5.

Foto 8b: Vista do pasto, lote 5.

Foto 8c: Criação de porcos e frangos na modalidade conhecida como consorciada, lote 5.

Fonte: Acervo pessoal.

Observando lote seis mais uma constatação, este também sem atividades sendo desenvolvidas, e ainda com sinais de abandono.



Foto 9: Vista frontal da residência, lote 6.
Fonte: Acervo pessoal.

No lote sete temos sinais de atividades híbridas.



Foto 10a: Atividades ligadas a agricultura ao fundo, lote 7.
Foto 10b: Vista do pasto, lote 7.
Fonte: Acervo pessoal.

No lote oito não foi possível o registro de imagens devido à dificuldade de acesso, no entanto constatou-se a prática de atividades híbridas.

No lote nove há a presença de agricultura, com uma variedade de espécies produzidas, tais como, banana, mandioca e alguns coqueiros.



Foto 11a: Vista das práticas agrícolas, lote 9.

Foto 11b: Vista da entrada de acesso ao lote 9.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote dez notamos atividades híbridas, com plantações de café, mandioca e cana, e ainda criação de gado leiteiro.

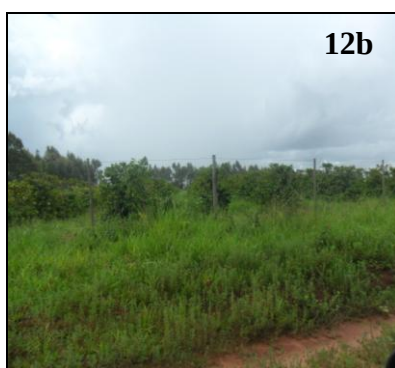


Foto 12a: Plantação de mandioca, lote 10.

Foto 12b: Vista da plantação de café, lote 10.

Foto 12c: Vista com os latões de leite prontos para serem comercializados, e ao fundo do lado direito a residência e do esquerdo o mangueiro.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote onze sinais de práticas híbridas, com mandioca, pomar de frutas e gado.



Foto 13a: Vista do pasto.

Foto 13b: Vista da área preparada para o cultivo.

Foto 13c: Vista da entrada da residência.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote doze, notou-se a prática da pecuária, com pomares de frutas ao redor da residência.



Foto 14: Vista do lote 12, com a residência rodeada por árvores frutíferas.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote treze (P 1) mais um com sinais de abandono.



Foto 15: Vista frontal do lote 13.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote quatorze, designado como (P2) a atividade de pecuária predomina.



Foto 16: Vista do mangueiro ao fundo com a atividade de criação de gado.

Fonte: Acervo pessoal.



Foto 17: Vista da residência ao fundo, lote 14.

Fonte: Acervo pessoal.

No lote quinze 15 (P3), 16 (P4) e 17(P5), nota-se abandono total das atividades e das habitações.



18a



18b



18c

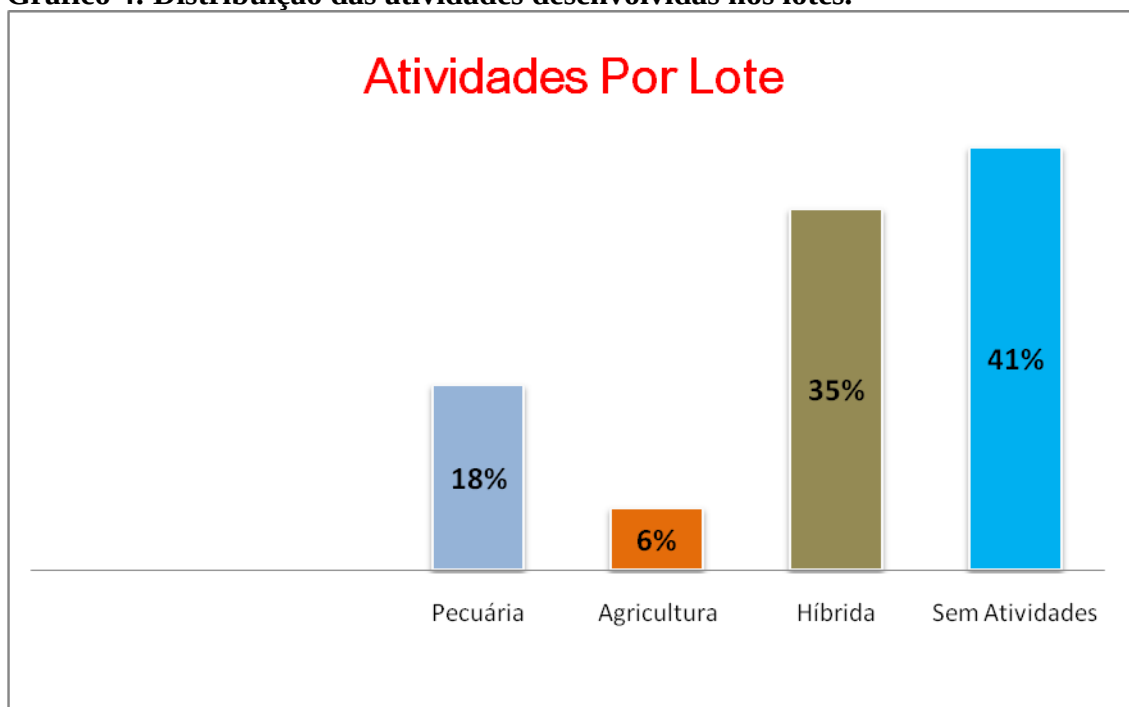
Foto 18a: Vista frontal lote 15 (P13).

Foto 18b: Vista frontal do lote 16 (P4)

Foto 18c: Vista frontal lote 17 (P5)

Fonte: Acervo pessoal.

Diante da organização e distribuição da produção percebe-se que há um número significativo de lotes sem produção e em outros há uma produção diferente daquela planejada, demonstrando o descompasso entre o planejado e o vivido, podendo ser observado no gráfico abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4: Distribuição das atividades desenvolvidas nos lotes.

Organização: Vinicius Paschoal Belon, 2011.

O gráfico nos mostra a predominância de atividades agropecuárias nos lotes, demonstrando a importância da diversidade de culturas para os pequenos produtores, dando alternativas de renda durante todo o ano, além de informar que grande parte dos lotes não estão sendo usados de acordo com o planejado e em alguns casos estão sem atividades.

4.2 A questão ambiental

Durante a implantação da área destinada ao reassentamento a empresa responsável pela doação da área realizou estudos que visavam implantar áreas de reservas naturais, tendo em vista que as atividades desenvolvidas alterariam a dinâmica da paisagem local.

Tabela 3- Área das reservas

RESERVA LEGAL	ÁREA (ha)
RL – 01	29,3342
RL - 02	112,8188
RL- 03	11,2478
TOTAL	153,4008

Fonte: CESP, 2009.

Ao observarmos as áreas de Reserva Legal¹⁹ dentro do reassentamento, constatamos que desde o projeto inicial temos três áreas básicas, isoladas umas das outras, e em duas delas nota-se a presença de nascentes de água, no entanto, não temos corredores de vegetação ligando umas com as outras e isto pode representar um empecilho para sobrevivência de algumas espécies, pois, os recursos podem se esgotar forçando alguns animais a saírem da reserva e com isso se exporem em locais que não oferecem proteção e alimentos.

Além de reservas legais, o reassentamento conta também com Áreas de Preservação Permanente²⁰, estas foram criadas a fim de proteger nascente e cursos de água. O que nos chama atenção é a fala de alguns reassentados, pois ressaltaram que na Ilha havia mais áreas naturais e que não era necessário o controle, pois os próprios ribeirinhos respeitavam entendendo que a vegetação nativa era fundamental para a manutenção daquela área.

Uma outra abordagem visava entender o destino dos resíduos produzidos pelos reassentados, ao indagamos esta questão notamos que cada reassentado fica responsável pelo seu resíduo, não havendo um programa de captação, neste sentido verificou-se que na maior parte dos lotes o destino dos inorgânicos era a queima ou até mesmo serem enterrados em valas feitas no fundo das residências, enquanto que a maior parte dos resíduos orgânicos eram reutilizados como adubo em hortas. Como nos demonstra a fala de Maria²¹ (2011) “ Nós queima tudo e enterra algumas coisas que vem da vila, por que nós compra lá toda semana”.

“Vixi! Esse aí nós interra uma parte, queima outra e tem também aquilo que nós usa na horta como resto de casca de vegetal” (JOSÉ²², 2011). Cícero (2011) também nos coloca que “cada um cuida do seu, uns queimam e outros enterram”.

O processo de adaptação desta comunidade é marcado pela modificação no modo de produzir, tendo em vista que foram deslocados para outra área trazendo outro tipo de produção e consequentemente outra forma de se relacionar com a natureza. Dentro da visão antropológica da “ecologia cultural” percebe-se que de fato está mudança no modo de produzir leva a uma alteração do núcleo central da cultura, pois quando habitavam na ilha as alterações no meio eram menor, devido ao consumo, visto que algumas fontes de calorias e proteínas proviam do rio, portanto havia a necessidade de preservá-lo, já nesta nova estrutura produtiva, a

¹⁹ “Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas”, é como nos é definida a Reserva Legal pelo artigo 1º, § 2º, inciso III, da Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que altera dispositivos do Código Florestal.

²⁰ Área de Preservação Permanente: a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

²¹ Morador do reassentamento Piaba. Entrevista realizada dia 03/10/2011.

²² Morador do reassentamento Piaba. Entrevista realizada dia 03/10/2011.

ocupação e o uso de uma área maior para obtenção das fontes alimentícias podem provocar uma intensificação da degradação.

Constatou-se que o sonho de grande parte dos reassentados é de permanecer na terra, realizando benfeitorias em seu sítio, pois suas raízes estão fortemente ligadas à produção de autoconsumo e aos laços familiares, modo de vida típico do que Diegues (2007) classifica como caipiras. Mesmo aqueles na faixa etária dos 25 a 30 anos, procuram arrumar companhia para dar continuidade na atividade desenvolvida pelos pais, como é o caso de um morador que afirmou:

Rapaz, essa perspectiva era de casar e ficar por aqui mesmo, mas se for ver assim, ali em casa não tem uma renda, é pra que eu sustente uma família, assim no caso né, aí no caso eu teria que ficar por aqui, e trabalha em alguma fazenda registrado, por que eu trabalho por dia na fazenda ali, mas não tinha perspectiva de sair daqui não (Jonatas²³).

No entanto, apesar de terem conquistado a terra algumas dificuldades estão colocadas, como podemos observar na fala do Sr. Jonatas. Por exemplo, a renda é baixa, e por isso muitos têm que procurar trabalho fora de suas propriedades, vendendo sua força de trabalho para complemento do sustento familiar.

A única renda fixa para alguns é a aposentadoria, mesmo aqueles que produzem leite acabam ficando reféns dos preços pagos pela empresa compradora, fazendo com que o leite seja apenas um complemento.

Em meio às dificuldades surgem os traços de solidariedade entre os reassentados, pois eles realizam uma espécie de escambo, trocando alimentos entre as famílias. Situação característica entre os caipiras e os camponeses, como descreve Carvalho:

Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são “autônomos”; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedades cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços são primários, são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em “comunidade”; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma terra, traduzidas como apego a terra. (2005, p. 94)

Ouvindo a fala de um dos moradores foi possível constatar os laços de solidariedade entre eles, vejamos: “muitas vezes é assim, que nem ele mata e manda um pedaço pra nós, quando o pai mata manda um pedaço pra eles, e assim vai. É da um pedaço pra um amigo, um pedaço pra outro, e vão indo” (Jonatas²⁴).

²³ Morador do reassentamento Piaba. Entrevista realizada dia 15/09/2011.

²⁴ Morador do reassentamento Piaba. Entrevista realizada dia 15/09/2011.

Em relação a carne existe uma troca entre eles, mas com os demais gêneros alimentícios não podemos constatar o mesmo, pois o feijão, o milho, a mandioca, entre outros, são produzidos apenas para o próprio consumo da família.

A ausência de troca de produtos vindos da agricultura se justifica pela baixa produção, uma vez que esta é realizada apenas para o consumo, em áreas de baixa produtividade, num sistema tradicionalmente conhecido como roça.

As marcas do agronegócio se mostraram presentes, pois o leite é vendido para um laticínio e, ainda, os reassentados receberam propostas para arrendar suas terras com o intuito de cultivar eucaliptos; mas em conjunto resolveram não aceitar, entendendo que seria prejudicial para a sobrevivência do grupo.

Contudo, muitos ressaltaram a vontade de ficar na terra, e dele tirar seu sustento, ampliando a produção e a comercialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova perspectiva no tratamento das questões ambientais vem apontando para a importância das comunidades tradicionais na busca de novos paradigmas de utilização e consumo dos recursos naturais, visto que são vários os grupos que habitam e vivem em nosso país. No Brasil as políticas públicas procuram ressaltar o papel dessas comunidades, devido a fatores históricos e a grande diversidade apresenta por elas, por isso nos diferenciamos e adotamos modelos distintos daqueles vindo do exterior, na qual propõe que áreas de preservação devem ser criadas com ausência de seres humanos nas mesmas.

Outro ponto importante que merece destaque é referente à produção de energia elétrica em nosso território, pois contamos com um significativo potencial hídrico, possibilitando a implantação de grandes empreendimentos energéticos, no entanto alternativas devem ser buscadas, devido principalmente aos impactos sócio-ambientais gerados por estas obras.

Na bacia hidrográfica do rio Paraná, constatamos a mudança de sua dinâmica natural, por influência direta das Usinas Hidrelétricas, conseqüentemente uma parcela de comunidades tradicionais (ribeirinhos²⁵) tiveram seu modo de vida alterado, este grupo constitui o segundo maior em termos de comunidades tradicionais não indígenas, ficando atrás apenas dos quilombolas. Sendo assim forçados a ocuparem áreas com características diferentes daquelas anteriormente habitadas, impulsionando novas formas de adaptação, tanto na esfera produtiva quanto na cultural.

Porém, quando analisamos algumas das falas de reassentados se torna visível a queixa em relação às perdas simbólicas do ambiente, enquanto que as perdas materiais são menos enfatizadas.

No caso em apreço percebeu-se um descompasso entre o planejado e o vivido, pois a princípio a CESP, assentou-os em áreas que não condiziam com as atividades propostas, dificultando a permanência de alguns integrantes da comunidade nesta nova área. Em alguns casos as experiências produtivas eram diferentes daquelas que seriam desenvolvidas no reassentamento.

Contudo, a maior parte dos reassentados buscam permanecer na nova área, acreditando que as condições de vida são favoráveis; além de demonstrarem uma relação de respeito e harmonia com a natureza, retirando da terra o que precisam para sobreviver. No entanto, a

²⁵ Nesta pesquisa entende-se por ribeirinho aqueles indivíduos que realizam atividades de dependência do rio e foram atingidos por barragens.

ameaça de empresas que procuram intermediar a produção é notória, principalmente na questão dos laticínios.

Acreditamos que diante da pesquisa realizada as políticas públicas possam oferecer um tratamento diferenciado as comunidades tradicionais, principalmente no tocante aos ribeirinhos, pois por todo Brasil encontramos grupos engajados na preservação e conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **O lugar da história oral: o fascínio do vivido**. In: *Ouvir, Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, A, W, B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. 2º Ed, Manaus, UFAM, 2008.
- ALMEIDA, R, A. A herança da terra no trabalho com fontes orais. In: **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**/Maria Celma Borges, Vitor Wagner Neto de Oliveira, organizadores. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006, p.155-189.
- ANDRADE, M, C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et. al. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec1996, p. 213 – 220.
- ARANHA SILVA, E; MILANI, P, H. **O território das usinas e a (dês)territotialização em Mato Grosso do Sul**. Três Lagoas, 2008.
- ARRUDA, R. **"Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação"**. In Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997
- BELON, V.P. **Da perda da terra á terra conquistada: o caso do reassentamento Piaba em Três Lagoas**. Monografia apresentada a pós graduação lato senso em História pela Universidade federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2009.
- BEZERRA, Thays Floriano & FERNANDES, Elielda M. Lopes. **Caracterização das famílias e da produção do reassentamento Piaba (MS), 2007**. Disponível em <http://agroecologiaealternativasecologicas.blogspot.com/2008/12/alasru-asociacionlatinoamericana-de.html>. Acesso em 8 jun. 2009.
- BORGES, M, C. História e memória dos ribeirinhos de Ilha Comprida: A luta contra o desenraizamento. In: **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**/Maria Celma Borges, Vitor Wagner Neto de Oliveira, organizadores. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006, p. 135-155.
- BORTOLETO, E, M. **Os impactos do complexo hidrelétrico de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina**. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Ambiental) FCT/UNESP, Presidente Prudente.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. Rio, São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, P. (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- CARVALHO. H, M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 182.
- CASTRO. I, E. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CASTRO, M. **A hidrelétrica de Tucuruí e a contestação das populações atingidas.** *Relatório final de pesquisa.* Departamento de Economia e Sociologia Rural ESALQ, Piracicaba – SP, 1993.

CESPAULISTA. **17ª Usina da CESP:** Porto Primavera. Ano VI, nº 20, p. 11 – 13, dezembro de 1979.

CHAUI, M, S. **Os trabalhos da memória.** In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos.* São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). **Usina Hidrelétrica Porto Primavera.** Estudo de Impacto Ambiental: programas de controle ambiental. Vol. III, Julho de 1994.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). **Obras do Reservatório da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta,** São Paulo, 2000, 1 CD-ROM.

DIEGUES, A, C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** In: Artigo publicado em: São Paulo em Perspectiva, n.1-2, jan./julho 1992.

DIEGUES, A, C. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: Edusp 3ª ed. 2000

DIEGUES, A, C. **Conhecimento e manejo tradicionais: ciência e biodiversidade.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, A, C. **Área reservada para a pesca artesanal.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

DIEGUES, A, C. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002.

DIEGUES, A, C. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** Nupaub-USP 2003.

DIEGUES, A, C. **A construção da etno-conservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos novas práticas para a conservação.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, A, C. Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. In: **As populações tradicionais: conflitos e ambigüidades.** Texto publicado no plano nacional de recursos hídricos – MMA, 2005.

DIEGUES, A, C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras.** In: I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUF, 1997, p. 31-91.

LE GOOF, J. **A História Nova.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.

MAB (Movimento de Atingidos por Barragens). Disponível em: < www.mabnacional.org.br>. Acesso em 19 out. 2009.

MACHADO, C.J.S. Olhar de um antropólogo sobre a gestão pública da água como bem econômico. In: **Com Ciência -Rios**. Disponível em <[http:// www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)>, fevereiro de 2005, n. 62. Acesso em 30/05/2009.

MALATIAN, T. A circularidade do discurso: perspectivas metodológicas da história oral. In: **Fontes Históricas: abordagens e métodos**. Programa de Pós Graduação, Unesp, Assis, 1996, p.47-56 .

MÜLLER, A, C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

NEVES, L, A. **Memória, História e sujeito: substratos da identidade**. **História Oral**. Associação Brasileira de História Oral, n. 3, Junho de 1999.

OLIVEIRA, P, S. (org.) Caminhos da construção da pesquisa em ciências humanas. In: **Metodologia das Ciências Humanas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

PORTELLI, A. **O que faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

REBOUÇAS, L, M. **O planejado e o vivido/ O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, 2000.

RIOS VIVOS, Disponível em www.riosvivos.org.br/canais.php?canal_id=6, acessado dia 09/08/2011

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: ed. Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____; SILVEIRA, M, L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

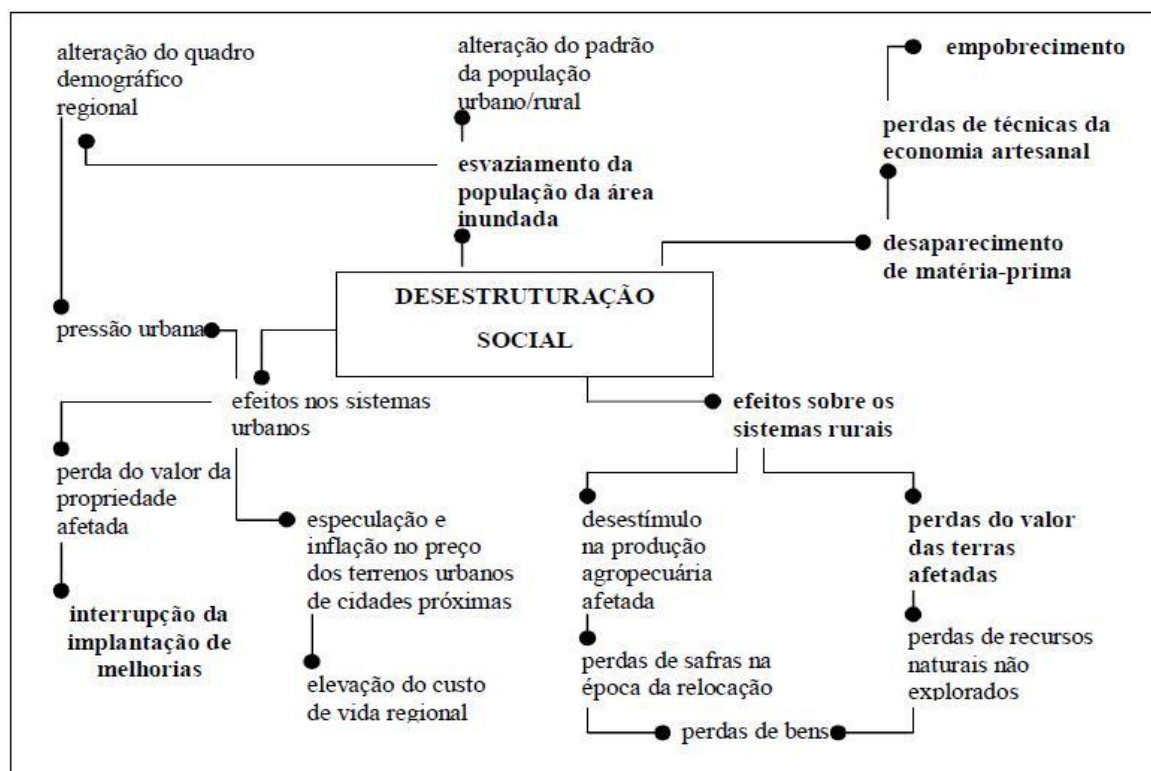
SCARPINELLA, C, A. **Porto Primavera: o paradigma de análise e os processos de decisão e implantação**. Pag. 186. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA. E, A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural as famílias atingidas pela UHE Engº Sérgio Mota: reassentamento Pedra Bonita e Santa Emília/Santana Brasilândia MS**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de Geografia – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional- UNESP, Presidente Prudente, 2005.

VAINER, C, B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, George. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, p.183 – 207.

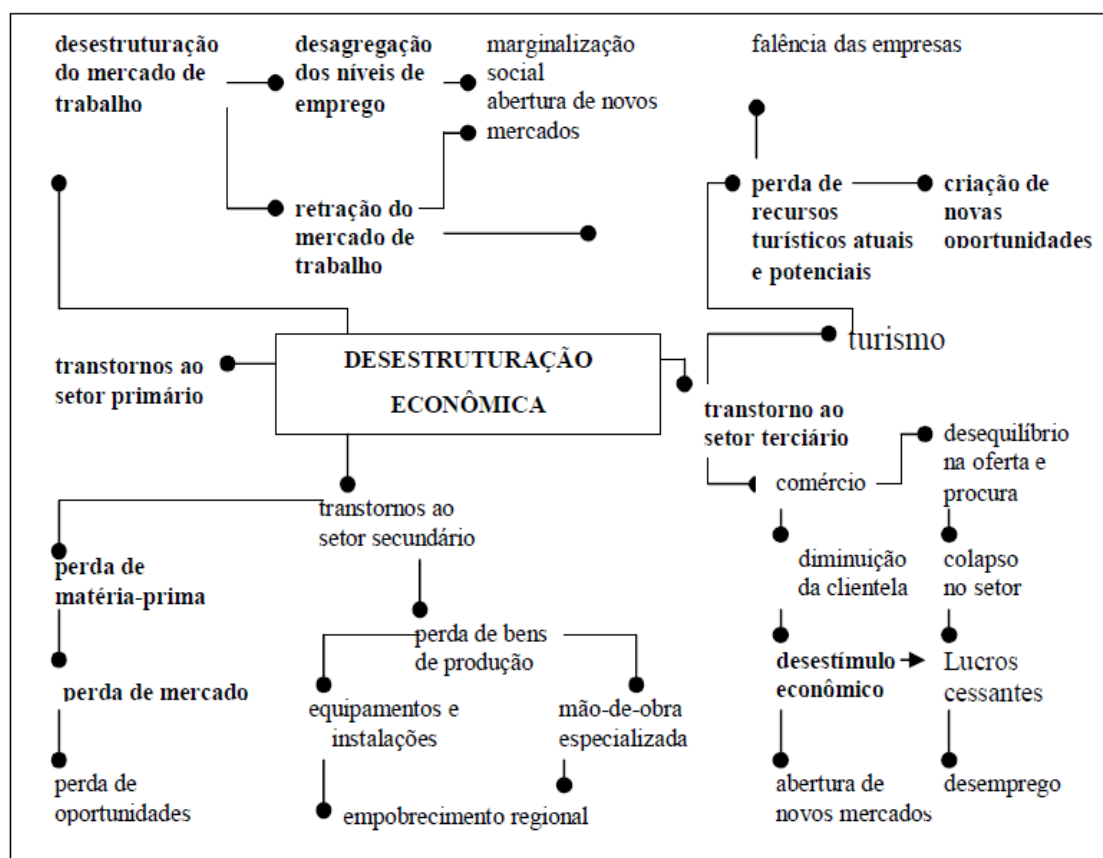
VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro:CEDI, 1992.

[http:// www.novacartografiasocial.com/pub_livros.asp](http://www.novacartografiasocial.com/pub_livros.asp) .>. Acesso em: mai. 07/05/2011.



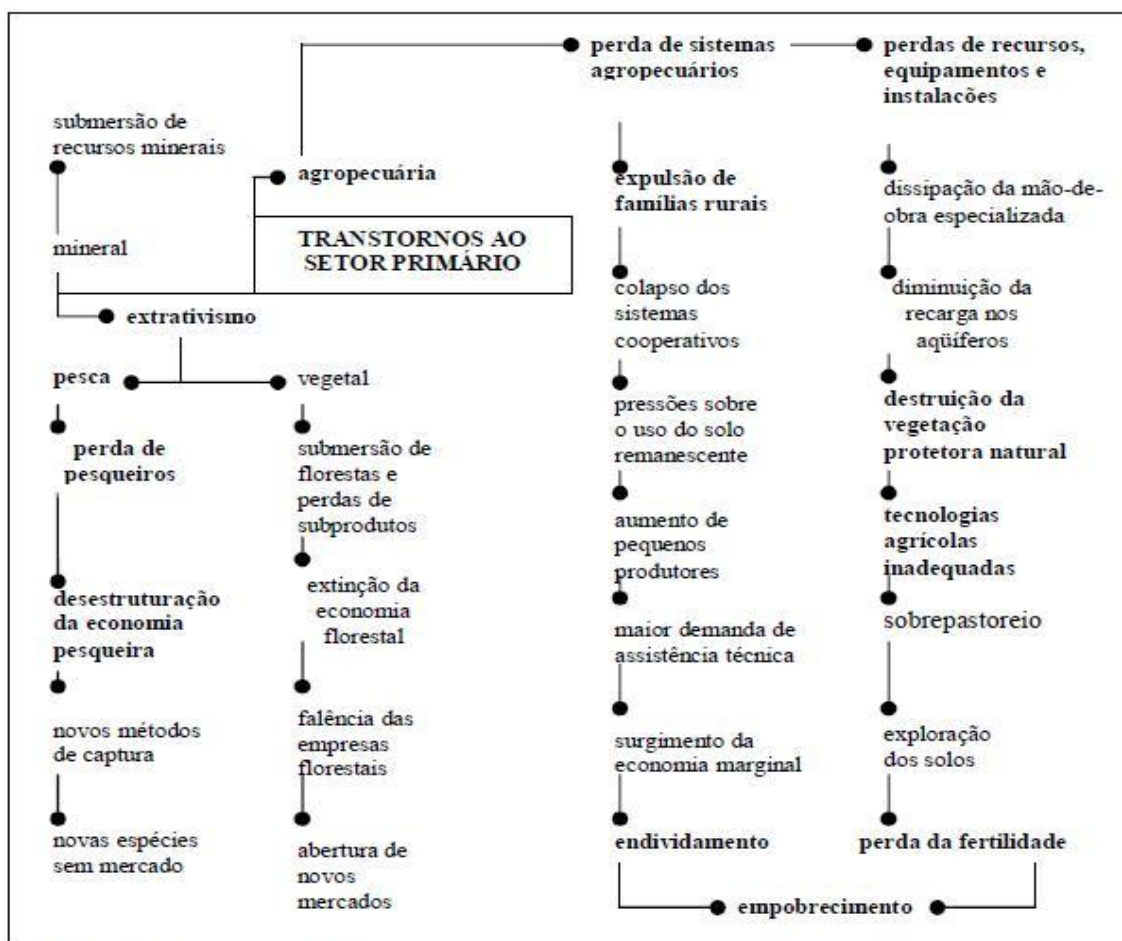
Quadro 03 – Efeitos sobre os fatores antrópicos: desestruturação social

Fonte: MÜLLER, 1995, adaptado por SOUZA, 2005



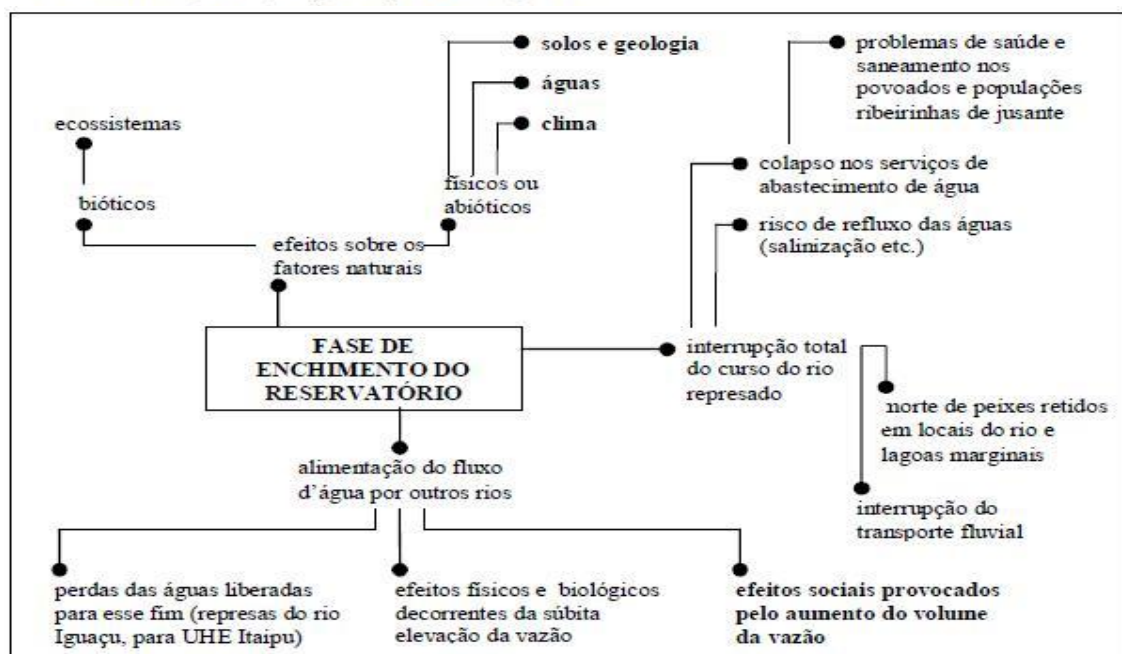
Quadro 04 – Efeitos sobre os fatores antrópicos: desestruturação dos setores primário, secundário e terciário

Fonte: MÜLLER, 1995, adaptado por SOUZA, 2005



Quadro 05 – Efeitos sobre os fatores antrópicos: desestabilização do setor primário

Fonte: MÜLLER, 1995, adaptado por SOUZA, 2005



Quadro 06 – Efeitos na fase de enchimento do reservatório

Fonte: MÜLLER, 1995, adaptado por SOUZA, 2005

